

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPO GRANDE,  
FORTALEZA E PALMAS: UMA ANÁLISE DO CARÁTER ENDÓGENO**

SANDRA OLIVEIRA LEAL

**Porto Alegre**

**2018**

**SANDRA OLIVEIRA LEAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPO GRANDE,  
FORTALEZA E PALMAS: UMA ANÁLISE DO CARÁTER ENDÓGENO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Políticas Públicas na  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Leite Lima

**Porto Alegre**  
**2018**

**SANDRA OLIVEIRA LEAL**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPO GRANDE,  
FORTALEZA E PALMAS: UMA ANÁLISE DO CARÁTER ENDÓGENO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Políticas Públicas na  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**O trabalho foi aprovado pelos membros da banca examinadora, obtendo nota A.  
Examinado em 12 de novembro de 2018.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Luciana Leite Lima (Orientadora)**

**Departamento de Sociologia/UFRGS**

---

**Profa. Dra. Luciana Pazini Papi**

**Departamento de Ciências Administrativas/UFRGS**

---

**Me. Lizandro Lui**

**Departamento de Sociologia/UFRGS**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Lauro e Eulina, pelo amor incondicional, educação e incentivo.

À minha irmã Vânia, por estar junto à mim desde sempre.

Aos meus filhos, Felipe e Henrique, por estarem sempre comigo, nesta e em todas as vidas.

Ao meu amor, amigo e parceiro incansável, Diogo, obrigada por toda paciência e abnegação, em especial nessa etapa final.

Às amigas Juliana, Fernanda, Roséli e Daiane, por caminharem comigo, ao meu lado, oferecendo sempre um ombro amigo e não permitindo que eu esmorecesse.

Aos colegas do HMIPV, pela parceria, incentivo e positividade.

A todos os professores que fizeram parte da minha formação.

À minha orientadora Luciana, por permitir que eu fizesse parte de sua pesquisa e por me fazer acreditar no meu potencial, me orientando de forma clara, objetiva, dedicada e com muita paciência.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o caráter endógeno das políticas públicas de desenvolvimento local implementadas pelas estruturas estatais municipais de três capitais brasileiras: Campo Grande/MS, Fortaleza/CE e Palmas/TO. Para isto, busca-se descrever e analisar as estruturas municipais responsáveis pelo desenvolvimento local e as políticas públicas implementadas pelas mesmas, bem como analisar se estas políticas constituem-se efetivamente como políticas públicas de desenvolvimento local e por fim, analisar o caráter endógeno destas políticas nas dimensões da equidade, da sustentabilidade e da participação. A pesquisa utilizou dados secundários disponíveis em sítios na internet, leis e normas referentes às estruturas estudadas coletadas no período de janeiro a outubro de 2018. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, a partir de categorias de análise coerentes com o referencial teórico adotado. A análise emprega como parâmetros os elementos advindos da perspectiva teórica do desenvolvimento econômico. A partir deste estudo, concluiu-se que os três municípios apresentam metas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento local, nas dimensões da equidade, da sustentabilidade e da participação, ainda que em diferentes níveis de comprometimento.

**Palavras-chave:** Política Pública. Análise. Desenvolvimento Local.

## **ABSTRACT**

This research has as general objective to analyze the endogenous nature of the local public development policies implemented by the municipal state structures of three Brazilian capitals: Campo Grande / MS, Fortaleza / CE and Palmas / TO. For this purpose, the aim is to describe and analyze the municipal structures responsible for local development and the public policies implemented by them, as well as to analyze if these policies are effectively constituted as public policies for local development and, finally, to assess the endogenous character of these policies in the dimensions of equity, sustainability and participation. The research used secondary data available on Internet sites, laws and norms regarding the studied structures collected from January to October 2018. The data were submitted to content analysis, based on categories of analysis consistent with the theoretical framework adopted. The analysis employs as parameters the elements derived from the theoretical perspective of economic development. Based on this study, it was concluded that the three municipalities present goals, programs and actions focused on local development, in the dimensions of equity, sustainability and participation, albeit at different levels of commitment.

**Keywords:** Public Policy. Analyze. Local Development.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> .....	<b>9</b>
<b>2.1 Políticas Públicas</b> .....	<b>9</b>
<b>2.2 Desenvolvimento Local</b> .....	<b>10</b>
2.2.1 <i>Equidade</i> .....	<b>13</b>
2.2.2 <i>Sustentabilidade</i> .....	<b>13</b>
2.2.3 <i>Participação</i> .....	<b>14</b>
<b>2.3 Revisão Bibliográfica</b> .....	<b>15</b>
<b>3 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM CAMPO GRANDE, FORTALEZA E PALMAS: SECRETARIAS, CONSELHOS E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>19</b>
<b>3.1 Campo Grande – Mato Grosso do Sul</b> .....	<b>19</b>
3.1.1 <i>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia</i> .....	<b>22</b>
3.1.2 <i>Conselhos Municipais Vinculados à SEDESC</i> .....	<b>23</b>
3.1.2.1 <i>Conselho Municipal de Fomento ao Comércio, Indústria e Serviços</i> .....	<b>23</b>
3.1.2.2 <i>Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico</i> .....	<b>25</b>
3.1.2.3 <i>Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação</i> .....	<b>26</b>
3.1.2.4 <i>Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável</i> .....	<b>27</b>
3.1.3 <i>Políticas Públicas de Desenvolvimento Promovidas pela SEDESC</i> .....	<b>28</b>
<b>3.2 Fortaleza – Ceará</b> .....	<b>31</b>
3.2.1 <i>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico</i> .....	<b>33</b>
3.2.2 <i>Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza</i> .....	<b>34</b>
3.2.3 <i>Políticas Públicas de Desenvolvimento Promovidas pela SDE</i> .....	<b>35</b>
<b>3.3 Palmas – Tocantins</b> .....	<b>38</b>
3.3.1 <i>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego</i> .....	<b>40</b>
3.3.2 <i>Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas</i> .....	<b>41</b>
3.3.3 <i>Conselho Municipal de Economia Solidária</i> .....	<b>43</b>
3.3.4 <i>Políticas Públicas de Desenvolvimento Promovidas pela SEDEM</i> .....	<b>44</b>
<b>4 ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>50</b>
<b>4.1 Equidade</b> .....	<b>50</b>
<b>4.2 Sustentabilidade</b> .....	<b>52</b>
<b>4.3 Participação</b> .....	<b>54</b>
4.3.1 <i>Conselhos</i> .....	<b>54</b>
<b>4.4 Análise Comparada</b> .....	<b>56</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é pauta de grande importância para a sociedade, sendo este um assunto que está presente de forma frequente na agenda governamental do Brasil. Tal importância está atrelada à vinculação que se faz com o bem-estar da população, percebido como uma das consequências do desenvolvimento. Trata-se, portanto, de um debate atual, inclusive acerca de quem deve conduzir este processo e de que modo.

A partir da Constituição Federal de 1988, houve um processo de descentralização de atribuições, tanto da esfera federal para a estadual e para a municipal. Aos municípios, couberam responsabilidades conjuntas com os demais níveis de governo, em que pesem suprir as necessidades básicas da população, em áreas prioritárias como saúde, assistência social e educação, bem como promover o desenvolvimento social e econômico, a partir do suporte de políticas públicas que dessem conta desse desenvolvimento. Desde então, conforme Endrissi (2016), os municípios desenvolveram vários tipos de estruturas organizacionais, cuja função é desenvolver políticas públicas municipais de desenvolvimento local, comumente denominadas secretarias ou agências. Segundo Neves (2015), as agências de desenvolvimento econômico podem ser consideradas uma estratégia inovadora para o desenvolvimento econômico focado no território, uma vez que estas identificam e exploram os recursos e potencialidades locais, interligando-as com as oportunidades de investimento.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o caráter endógeno das políticas públicas de desenvolvimento local implementadas pelas estruturas municipais de três capitais brasileiras: Campo Grande/MS, Fortaleza/CE e Palmas/TO. A fim de realizar este objetivo, o estudo tem como objetivos específicos: descrever e analisar as estruturas municipais responsáveis pelo desenvolvimento local e as políticas públicas implementadas pelas mesmas, bem como analisar se estas políticas constituem-se efetivamente como políticas públicas de desenvolvimento; e por fim, analisar o caráter endógeno destas políticas nas dimensões da equidade, da sustentabilidade e da participação. A análise emprega como parâmetros os elementos advindos da perspectiva teórica do desenvolvimento econômico.

As organizações municipais escolhidas para esta análise são: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia de Campo Grande (SEDESC); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego do Município de Palmas (SEDEM). Os critérios utilizados para a escolha foram: estrutura já consolidada e figura jurídica da estrutura, isto é,

se de direito público ou privado (neste estudo, as três estruturas são de direito público). Teremos, portanto, um estudo de caso múltiplo.

A metodologia utilizada foi a da revisão bibliográfica, juntamente a pesquisa documental, feita através da coleta de dados disponíveis em sítios na internet, bem como as normas e leis referentes às estruturas estudadas, utilizando também os dados e informações levantados em estudos anteriores a este. Foi solicitado acesso às informações acerca das estruturas através da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), e também por meio de suas ouvidorias. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, a partir de categorias de análise coerentes com o referencial teórico adotado. Trata-se de um estudo exploratório, porque objetivou elaborar informações acerca das políticas de desenvolvimento local nas três capitais selecionadas. Trata-se também de um estudo descritivo, pois pretende apresentar um panorama dessas políticas públicas a partir da perspectiva do desenvolvimento endógeno. Este estudo integra a pesquisa “Implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico local no âmbito municipal da administração pública brasileira”, coordenada pela Professora Doutora Luciana Leite Lima.

O presente trabalho está organizado em três partes, além desta introdução e da conclusão.

No segundo capítulo, é indicado o marco teórico-metodológico que foi utilizado na pesquisa e subdivide-se em três partes: Políticas públicas, desenvolvimento local e revisão bibliográfica descritiva, onde é apresentado um breve panorama da produção brasileira acerca das estruturas responsáveis pelo desenvolvimento local, a fim de apreender os achados e consolidar a fundamentação teórica deste estudo.

No terceiro capítulo, são descritas as características dos três municípios, as respectivas secretarias de desenvolvimento, os conselhos vinculados às secretarias e as políticas públicas desenvolvidas pelas mesmas. Serão consideradas políticas públicas de desenvolvimento local o conjunto de programas, projetos e ações desenvolvidos pelas estruturas de cada um dos municípios designados.

No quarto capítulo, é apresentada a análise dos dados, a partir de cada uma das três dimensões analíticas, bem como uma análise comparada das três estruturas desta pesquisa.

## **2 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO**

A base teórica desta pesquisa utilizou os conceitos de políticas públicas, e empregou como parâmetros os elementos da perspectiva teórica do desenvolvimento local, em que pese seu caráter endógeno, a partir das dimensões da Equidade, Sustentabilidade e Participação. Também foi utilizada a revisão bibliográfica da produção brasileira de pesquisas sobre as estruturas responsáveis pelo desenvolvimento local.

### **2.1 Políticas Públicas**

Para Secchi (2015), a política pública é “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Segundo Lima e D’Ascenzi (2018a), políticas públicas são ações com o objetivo de promover mudanças sociais, tratando-se de um campo que volta o olhar para a sociedade do futuro, a fim de moldá-la. Seria, como sugerem Muller e Surel (2002), o processo pelo qual são formulados e implementados programas de ação pública, coordenados em torno de objetivos explícitos. A fim de compreender o processo das políticas públicas, temos uma ferramenta analítica denominada ciclo das políticas públicas, que as apresentam como uma sequência de etapas distintas, embora interdependentes, norteadas por lógicas relativamente diferentes (MULLER; SUREL, 2002). O ciclo das políticas públicas é composto por cinco fases, quais sejam: formação da agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação e avaliação (HOWLETT, 2011). A formação da agenda pública seria composta por questões definidas como um problema social, ou seja, problemas considerados relevantes pelos atores sociais, tornando-se, assim, o foco das discussões e análises. Na formulação das alternativas, são identificadas as possíveis soluções para os problemas anteriormente detectados. Já na tomada de decisão é escolhida a alternativa mais adequada, em conformidade com os interesses dos atores, bem como com os objetivos e métodos disponíveis para melhor responder ao problema referido. Na fase da implementação, é onde a política pública é executada. Quanto à avaliação, esta deveria, em termos ideais, transpor todas as fases da política pública: desde a percepção do problema social; passando pela inserção deste na agenda formal; fornecendo subsídios à formulação; monitorando toda a implementação e, por fim, verificar se a política pública atingiu seu objetivo inicial, ou seja, em que medida tal política afetou o problema social que justificou sua concepção (LIMA e D’ASCENZI, 2018a).

## 2.2 Desenvolvimento Local

O conceito de desenvolvimento é bastante complexo, e segundo Boisier (2001), profundamente axiológico, multidimensional, construtivista, qualitativo e intangível. Junto ao termo desenvolvimento, costumam juntar-se adjetivos, tais como: territorial, local, regional, descentralizado, endógeno e *bottom-up*. O uso de diversos adjetivos resultou em diferentes categorias de análise do desenvolvimento. Para este trabalho, utilizou-se a categoria de desenvolvimento local.

A definição de desenvolvimento local utilizada será a de Vázquez Barquero (2000), de onde se compreende o desenvolvimento local como o processo de mudança estrutural de crescimento que, utilizando-se do potencial de desenvolvimento presente no território, promove o aumento do bem-estar da população, integrando crescimento econômico, cultura e meio ambiente, em que pese que as relações de interdependência entre essas dimensões estão face a uma perspectiva territorial muito particular. Neste prisma, o papel dos agentes locais é central no processo de desenvolvimento, sendo seus esforços norteados por suas necessidades, capacidades e interesses. Com o objetivo de lograr êxito com a estratégia de desenvolvimento formulada, é de suma importância que a mesma seja compartilhada pelos atores locais tanto públicos quanto privados de maior relevância, através da institucionalização de um pacto entre eles (ALBUQUERQUE, 2007). Outrossim, a política de desenvolvimento local deve enfatizar os processos, a dinâmica econômica e social e as ações dos agentes econômicos locais, o que resulta em uma visão mais ampla e integrada do território, mostrando-se antagônica ao entendimento setorial, que define políticas econômicas, sociais, ambientais ou urbanas, pois todas estas compõem a política de desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 2001).

O debate acerca do desenvolvimento local é antigo e apresenta diversos aspectos. Neste trabalho será utilizada a perspectiva que enfatiza o caráter endógeno do desenvolvimento local. Essa abordagem remonta os anos de 1980 e 1990, surgindo como uma maneira de compreender as mais recentes atribuições das cidades num contexto permeado pela globalização e descentralização política (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001<sup>a</sup>; BOISIER, 2005; TAPIA, 2005; VITTE, 2006). O desenvolvimento endógeno é uma perspectiva que coloca o papel das comunidades locais no centro do debate e do estabelecimento da agenda formal, bem como na formulação e implementação de políticas públicas cujo objetivo é resolver os problemas sociais mais importantes (LIMA e D'ASCENZI, 2018a).

Há um amplo consenso em relação à ideia de que os processos e as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, na medida em que estão mais bem situados em termos de proximidade com relação aos usuários finais dos bens e serviços. Nessa perspectiva, supõe-se que as instâncias locais podem captar melhor as informações, além de poderem manter uma interação, em tempo real, com produtores e com consumidores finais (AMARAL FILHO, 2001, p.269).

Garofoli (1992) menciona que desenvolvimento endógeno significa a capacidade para transformar o sistema sócio-econômico, juntamente à capacidade de reagir aos desafios externos, à promoção de aprendizagem social, e à habilidade para introduzir formas específicas de regulação social a nível local que favorecem o desenvolvimento das características anteriores. Portanto, desenvolvimento endógeno é a habilidade para inovar a nível local. Em Lima (2017), a definição de desenvolvimento endógeno abarca o processo de mudança e de crescimento estrutural que faz uso do potencial de desenvolvimento presente no território, bem como da endogeneização de oportunidades de dinamismos externos, cujo objetivo é responder aos problemas sociais constatados pelos atores, bem como promover o incremento do bem estar da população (VÁZQUEZ BARQUERO, 2000, 2007; ALBUQUERQUE, 2004). Esta definição traz um conceito de desenvolvimento que é ao mesmo tempo ampla e aberta à especificidade; consoante com as perspectivas contemporâneas que apontam o caráter multidimensional do processo e integram os diferentes aspectos da sociabilidade (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010). Tal aceção aponta ainda para a centralidade dos agentes locais, em seus esforços, necessidades, capacidades e interesses.

Alguns instrumentos de desenvolvimento, em que pese a contribuição das iniciativas locais, são apontados por Barquero (2009), e fazem parte de um sistema, complementando uns aos outros, podendo ser também interpretados como campos de atuação da política pública, quais sejam: Fomento da criação e desenvolvimento de empresas e clusters; difusão das inovações; qualificação dos recursos humanos; construção de equipamentos urbanos e infraestruturas e conservação e melhoria do meio ambiente e do patrimônio histórico.

Em relação ao fomento da criação e desenvolvimento de empresas e clusters, trata-se de uma condição necessária ao processo de desenvolvimento, uma vez que as empresas transformam poupança em investimento através dos projetos empresariais. Além disso, a partir do momento que se estimula o desenvolvimento de redes de empresas e clusters também com outras instituições, promove-se o surgimento de economias externas de escala e de proximidade, e também a redução dos custos de transação (BARQUERO, 2009). Portanto,

relações de cooperação geram economias externas e produzem eficiência coletiva (LIMA, 2016).

No que diz respeito à difusão das inovações, juntamente com o conhecimento do tecido produtivo, permitem a introdução de novos produtos e a inovação dos já existentes, mudanças no processo produtivo, abertura de novos mercados. Outrossim, cada elo contribui para o aumento da produtividade e da competitividade das empresas.

Quanto ao elemento qualificação dos recursos humanos, Barquero (2009) aponta que trata-se de um objetivo específico da política de desenvolvimento local, uma vez que através desta qualificação se agregam conhecimentos à produção de bens e serviços, bem como à gestão da própria estratégia de desenvolvimento. A partir da inserção das ações de formação na estratégia de desenvolvimento, sobrevém a melhora da qualidade dos recursos humanos e propicia o aumento da produtividade, resultando em estímulo à competitividade, afetando o modelo cultural em que se apoia o processo de desenvolvimento.

Quanto à construção de equipamentos urbanos e infraestruturas, esta configura-se como um dos instrumentos mais usados nas políticas de desenvolvimento local, pois as empresas tem preferência por localizações acessíveis e bem abastecidas de serviços que permitam aproveitar as economias de aglomeração e o acesso aos mercados de produtos e fatores. Portanto, as condições urbanas tem capacidade de influenciar os agentes e também suas escolhas. Do mesmo modo, as instituições e políticas públicas existentes condicionam o comportamento dos agentes, podendo ou não incentivar a ação produtiva e colaborativa (BARQUERO, 2009). As empresas, tanto quanto os indivíduos, têm preferência por localizarem-se em lugares amistosos e que contam com boa oferta de serviços para atender suas necessidades (LIMA, 2016).

Por fim, a conservação e melhoria do meio ambiente e do patrimônio histórico consiste na proteção e desenvolvimento dos sistemas ecológicos e dos recursos naturais, bem como a contínua melhoria do patrimônio histórico e cultural. Além de ter um efeito positivo no meio ambiente, também transformam os territórios e cidades em lugares atrativos para produzir e viver, contribuindo para a melhoria do bem-estar da população local (BARQUERO, 2009). Lima (2016) refere que a conservação e melhoria do meio ambiente e do patrimônio histórico também estão relacionados com um bom ambiente para viver no território, pois influenciam as decisões cotidianas e produtivas.

As dimensões de análise são derivadas da perspectiva de desenvolvimento endógeno, e já foram mobilizadas em Lima e D’Ascenzi (2017, 2018a, 2018b) e Endrissi (2016), donde é possível depreender três elementos conceituais: equidade, sustentabilidade e participação

A equidade pretende que o desenvolvimento seja igualitário em, ao menos, três sentidos, quais sejam: internamente, regionalmente e globalmente. A sustentabilidade infere às preocupações com as gerações futuras, bem como ao respeito aos recursos naturais. Por fim, a participação configura-se como um processo de construção do desenvolvimento a partir da concertação entre o maior número possível de atores, o que garante a heterogeneidade, ou a pluralidade de atores. Estes elementos são mais detalhadamente descritos a seguir.

### *2.2.1 Equidade*

Segundo Lima e D’Ascenzi (2018a), a equidade é um conceito que interrelaciona a igualdade e a justiça, incrementando as capacidades de agência, com maior potencial junto aos atores mais vulneráveis, cujo foco das políticas públicas está permeado por uma visão de justiça social. Docampo (2007) sublinha que a equidade supõe que o desenvolvimento seja igualitário e inclusivo, preferencialmente, para todos e em três sentidos diferentes: internamente - gerando riqueza e bem-estar de forma desconcentrada, para a maioria; regionalmente - promovendo iniciativas coordenadas e solidárias que contribuam para o desenvolvimento dos entornos; e globalmente - ampliando as oportunidades e melhorando as condições de vida de forma a minimizar as desigualdades globais. O enfoque tem que permitir um desenvolvimento humano, baseada numa estratégia territorial, e não políticas territoriais nas quais o humano é só um recurso. A equidade tem que medir-se não só baseada em indicadores econômicos, mas também nas oportunidades e nas liberdades.

### *2.2.2 Sustentabilidade*

A sustentabilidade, conforme Lima e D’Ascenzi (2018a), é uma categoria que dirige o olhar para as futuras gerações, pois considera a interdependência entre os seres no planeta. Trata-se também da relação que considera e respeita o fato econômico da escassez, fundamentada pela realidade inegável de as necessidades humanas serem ilimitadas, enquanto que os recursos físicos e sociais são obviamente limitados. Volta-se, assim, a considerações sobre o modo de utilização dos recursos da sociedade e suas consequências a curto, médio e longo prazos.

Para Docampo (2007), os modelos de desenvolvimento sustentável, são aqueles que devem perdurar no tempo, respeitando os recursos naturais (físicos, sociais e culturais), sem hipotecar para o futuro a utilização destes e do meio ambiente. A aposta mais correta deverá ser em um modelo de políticas que satisfaça as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades.

### *2.2.3 Participação*

Conforme Lima e D'Ascenzi (2018a), a participação é o processo que se dá “a partir de baixo”, ou seja, resultante da concertação entre o maior número possível de atores envolvidos no processo de mudança (heterogeneidade), em meio a mecanismos de tomada de decisão participativa formalmente isonômicos e impessoais (normatividade). Em termos gerais, esse conjunto visa à verificação do grau de aderência das políticas à realidade local. Essa dimensão apresenta duas linhas. Primeiro, a visão territorial presente no caráter endógeno aponta para a pluralidade de atores locais cujos recursos e decisões afetam diretamente o bem-estar social. Segundo, e de forma complementar, Evans (2004) destaca que o desenvolvimento é um objetivo agregador, já que compartilhado pelos diversos agentes; no entanto “nenhum pode implementar o projeto sozinho e cada um contribui com alguma coisa para sua realização” (p.67). Nessa visão, o desenvolvimento local é desenvolvimento humano, expressando a capacidade dos cidadãos para escolher seu projeto de vida (VÁZQUEZ BARQUERO, 2007).

Para Docampo (2007), a democracia não se limita assim ao simples exercício do direito ao voto, mas também ao que se decide sobre o tipo de gestão e de políticas de execução que foram previamente consensuais entre os cidadãos. Dessa maneira, a cidadania cobra um papel mais ativo, mais responsável e com cotas maiores de satisfação. Um dos mecanismos de operacionalização da participação são os conselhos, que são órgãos colegiados de participação social, que estando vinculados às secretarias, tem por atribuição a participação na elaboração e na implementação das políticas públicas.

A partir dos conceitos supracitados, e com base na análise das políticas públicas de desenvolvimento local, implementadas pelas estruturas organizacionais designadas, foi avaliado se estas políticas mobilizam esses conceitos fundamentais da ideia de desenvolvimento, ou seja, se estas políticas exibem um caráter endógeno, e se apresentam os três elementos conceituais: equidade, sustentabilidade e participação.

## Quadro 2 – Dimensões analíticas e proxys

Dimensões do Caráter Endógeno	Proxys
Equidade	Focalização nos mais vulneráveis
Sustentabilidade	Impacto/Perspectiva de longo prazo
Participação	Pluralidade de atores/conselhos

Fonte: elaboração própria

### 2.3 Revisão Bibliográfica

A partir da revisão bibliográfica, será apresentado um breve panorama da produção brasileira de pesquisas sobre as estruturas responsáveis pelo desenvolvimento local, a fim de apreender os achados e consolidar a fundamentação teórica deste estudo.

Segundo Neves (2015), são consideradas agências de desenvolvimento locais não somente as que assim denominam-se, como também aquelas secretarias cujos objetivos constantes de sua lei de criação sejam os de um órgão de fomento ao desenvolvimento integrado, autossustentável e competitivo nos municípios. As agências de desenvolvimento local podem tanto ser estabelecidas como organizações independentes ou semi-independentes quanto entidades privadas, ou seja, a sua estrutura é mais flexível. Essa flexibilidade pode propiciar um sistema organizacional mais sustentável, pois não sucumbe às interrupções causadas pelos processos políticos, pelas trocas de governos e alternâncias de partidos no poder (SWINBURN *et AL*, 2006 apud NEVES, 2015). Consta que as agências de desenvolvimento são iniciativas recentes na economia das capitais brasileiras e são, em sua maioria, instituições de direito público. Neste trabalho, Neves mapeou nove agências de desenvolvimento econômico local em capitais brasileiras, a saber, Florianópolis/SC; Curitiba/PR; São Paulo/SP; Rio de Janeiro/RJ; Vitória/ES; Belo Horizonte/MG; Salvador/BA; João Pessoa/PB e Fortaleza/CE. Neves ainda identificou que as agências apresentam características diferentes, organizando-se de acordo com suas realidades, sendo que das nove agências apresentadas, quatro são de Direito Privado e cinco de Direito Público, sendo as primeiras de estrutura mais flexíveis que as últimas.

Ainda sob a perspectiva das estruturas concebidas para dar conta do desenvolvimento local, Dias (2015) pesquisou as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico local em Porto Alegre, a partir da estrutura burocrática criada para atender essa demanda: o Gabinete de Inovação e Tecnologia (Inovapoa), o trabalho concluiu que tratava-se de uma estrutura bastante frágil, que produzia iniciativas inexpressivas, cujo quadro funcional é pouco competente, possui baixa coerência organizacional, bem como “espírito de corpo” bastante fraco. Também depreendeu deste estudo que as ações da agência limitavam-se a

participações em eventos e reuniões, o que dificilmente caracterizar-se-ia como uma política de inovação para a capital gaúcha e, portanto, o desenvolvimento local por meio do Inovapoa seria algo improvável de acontecer.

Por sua vez, Endrissi (2016) analisou as agências de desenvolvimento locais e as políticas públicas implementadas nas três capitais da região sul do Brasil, a saber, Porto Alegre/RS; Florianópolis/SC e Curitiba/PR. Cada um dos municípios possuía um tipo diferente de organização: uma agência em Curitiba (Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A) uma secretaria em Florianópolis (Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável - SMCTDES) e um gabinete em Porto Alegre (Gabinete de Inovação e Tecnologia - Inovapoa). A autora concluiu que nem todas as estruturas operam sob uma visão multidimensional do desenvolvimento, sendo que apenas alguns dos campos de atuação são contemplados pelas três organizações; os mecanismos de governança não apresentam-se bem desenvolvidos em todas as estruturas e, finalmente, somente um aspecto da pesquisa é unânime, pois foi confirmada a pluralidade de atores envolvidos na implementação das políticas de desenvolvimento econômico local nas três estruturas analisadas.

Em Lima e D'Ascenzi (2017), os autores inferiram que o desenvolvimento é entendido como uma mudança social desejada, e uma vez que ainda muitos cidadãos estão excluídos das oportunidades e benefícios da vida em sociedade, isso transforma o desenvolvimento em uma preocupação social e, por consequência, entra nas agendas governamentais. Assim sendo, tal preocupação expressa-se na criação de estruturas organizacionais que dedicam-se à formulação e implementação de políticas públicas que deem conta de fomentar o desenvolvimento local. Neste trabalho, desenvolveram uma análise do desenho das políticas de desenvolvimento em três capitais brasileiras. O enfoque da análise são as estruturas organizacionais estatais criadas em Belo Horizonte (SMDE-BH), Fortaleza (SDE-FOR) e Porto Alegre (Inovapoa). As conclusões deste trabalho dão conta de que a dimensão da equidade configura-se de modo pouco vigoroso, destacando-se apenas Fortaleza neste quesito. A dimensão da sustentabilidade foi a mais frágil nas três capitais, pois apresenta-se apenas como um *slogan*, não traduzindo-se em ações que garantam sua efetividade. Quanto à heterogeneidade, foi percebida a presença de múltiplos atores sociais nos processos decisórios das políticas. Em relação aos campos de atuação, foi observado que as iniciativas produzidas pelos três municípios voltavam-se principalmente ao crescimento econômico,

deixando prevalecer uma concepção restrita de desenvolvimento, que tem dificuldades para assimilar as diversas dimensões da sociabilidade.

Já na pesquisa de Lima e D'Ascenzi (2018b), foram identificadas secretarias voltadas exclusivamente à produção de políticas públicas de desenvolvimento local em 14 municípios, a saber: Belo Horizonte, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Macapá, Palmas, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Luís, São Paulo, Teresina e Vitória. Uma vez que em Teresina foram identificadas duas secretarias correspondentes ao recorte, apresentam-se 15 estruturas no total, sendo 12 por administração direta; uma, sociedade de economia mista (Curitiba); uma, serviço social autônomo (São Paulo); e uma, empresa pública municipal (Vitória).

As estruturas responsáveis pelo desenvolvimento local pesquisadas possuem diversas atribuições, tais como planejar, coordenar, articular atores, elaborar estudos, executar, e etc. Para identificar os programas atribuídos às secretarias, foram pesquisados os Planos Plurianuais municipais, sendo encontrados 33 programas, e duas áreas de atuação receberam maior atenção, quais sejam: o fomento das atividades produtivas, (abarcando a melhoria do ambiente de negócios, a atração de investimentos, o incremento da gestão de negócios e a formalização de empreendimentos); e a área do trabalho (abarcando a qualificação e geração de emprego e renda). Estas duas áreas de atuação apresentam-se comumente atreladas à ideia de desenvolvimento nos municípios.

### **Quadro 1 – Organizações estatais municipais voltadas à produção de Políticas públicas de desenvolvimento local nos municípios selecionados**

Município	Sigla	Organização	Norma de criação	Ano	Atualização da norma	Ano
Belo Horizonte	BH	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei n. 10.101	2011	Decreto n. 16.679	2017
Campo Grande	CG	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia	Lei n. 4.722	2009	Lei n. 5.793	2017
Cuiabá	CUI	Secretaria Municipal de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico	Lei Complementar n. 119	2004	Lei Complementar n. 434	2017
Curitiba	CUR	Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A	Lei n. 12.439	2007	-	-
Florianópolis	FLO	Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	Lei Complementar n. 348	2009	Lei Complementar n. 596	2017
Fortaleza	FOR	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico	Lei n. 8.283	1999	-	-
Macapá	MAC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei n. 033*	2005	-	-
Palmas	PAL	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	Lei n. 1.492	2007	Lei n. 2.299	2017
Porto Alegre	POA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Lei Complementar n. 810	2017	-	-
Rio de Janeiro	RJ	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação	Decreto n. 42.719	2017	Decreto n. 43.127	2017
São Luís	SL	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	Lei n. 4.497	2005	Lei n. 4.879	2007
São Paulo	SP	Agência São Paulo de Desenvolvimento	Lei n. 15.838	2013	Decreto n. 54.661	2013
Teresina	TE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Semdec)	Lei Complementar n. 2.959	2000	Lei Complementar n. 4.359	2013
		Secretaria Municipal de Economia Solidária (Senest)	Lei Complementar n. 4.359	2013	-	-
Vitória	VIT	Companhia de Desenvolvimento de Vitória	Lei n. 2.669	1980	Estatuto Social Consolidado	2016

Fonte: Lima e D'Ascenzi (2018c)

A partir dos estudos apresentados, são identificados os esforços dos municípios em desenvolver estruturas capazes de dar conta das demandas acerca do desenvolvimento local, através de suas políticas públicas, programas e ações.

A partir deste embasamento teórico, e com o objetivo de contribuir para fortalecer a área de estudos acerca das estruturas responsáveis pelo desenvolvimento local nos municípios brasileiros, o objeto do presente estudo são as políticas públicas de desenvolvimento local, em que pese seu caráter endógeno, a partir das dimensões da Equidade, Sustentabilidade e Participação, em três capitais brasileiras: Campo Grande/MS, Fortaleza/CE e Palmas/TO.

### **3 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO EM CAMPO GRANDE, FORTALEZA E PALMAS: SECRETARIAS, CONSELHOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

A partir do processo de descentralização de atribuições, iniciado na Constituição de 1988, sobressai-se o protagonismo dos municípios, que receberam responsabilidades para suprir áreas prioritárias como a saúde, assistência social e educação. Dentro deste cenário, municípios como Campo Grande, Fortaleza e, mais recentemente, Palmas, perceberam a necessidade de estabelecer estruturas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local, formulando políticas públicas que deem conta das diversas demandas da área. Neste capítulo, são apresentados os dados coletados a partir de leis, decretos, sítios da internet e demais publicações referentes aos municípios de Campo Grande, Florianópolis e Palmas, bem como os dados referentes às estruturas municipais responsáveis pelo desenvolvimento local, os conselhos vinculados a estas estruturas e por fim, as políticas públicas desenvolvidas por cada uma destas estruturas.

#### **3.1 Campo Grande – Mato Grosso do Sul**

Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, foi fundada em 21 de junho de 1872, quando José Antônio Pereira chegou e se alojou em terras férteis e completamente desabitadas da Serra de Maracaju, na confluência de dois córregos (Prosa e Segredo), onde atualmente localiza-se o marco zero do município, no gramado em frente ao Monumento dos Imigrantes (Carro de Boi), no cruzamento da Av. Fernando Correa da Costa com a Av. Pres. Ernesto Geisel, próximo ao Parque Florestal Antonio de Albuquerque, conhecido como Horto Florestal. O distrito foi criado com a denominação de Campo Grande pela Lei n.º 792, de 23 de novembro de 1889. Em 1977, o então Presidente Ernesto Geisel promulga a Lei Complementar n.º 31, que cria o Estado de Mato Grosso do Sul e eleva Campo Grande à condição de capital. A cidade foi planejada em meio a uma vasta área verde, com ruas e avenidas largas e com diversos jardins sendo uma das cidades mais arborizadas do Brasil. Dois distritos fazem parte do município: Anhanduí e Rochedinho. Conforme a Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor de Campo Grande, estes distritos são considerados como Regiões Urbanas para fins de planejamento, conforme dados constantes no Perfil Socioeconômico de Campo Grande (PLANURB, 2016).

O município de Campo Grande, com 8.092,95 km<sup>2</sup>, está localizado geograficamente na porção central de Mato Grosso do Sul, ocupando 2,26% da área total do Estado. Sua

população estimada em 2017 é de 874.210 habitantes, e segundo o censo do IBGE de 2010, a população é de 786.797 pessoas, e sua densidade demográfica é de 97,22 habitantes por Km<sup>2</sup>.

Conforme o IBGE, o IDHM de Campo Grande passou de 0,673 em 2000 para 0,784 em 2010, índice considerado alto, e uma taxa de crescimento de 16,49%. O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - é uma medida comparativa, utilizada para classificar os países quanto seu grau de desenvolvimento humano, baseando-se, para isto, em estatística composta por dados como expectativa de vida ao nascer, educação, PIB e PIB Per Capita. É um índice que vai de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1, melhor é a condição de vida no local. Já o IDH –M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) refere-se a estas condições em cada município do país.

Em relação ao saneamento básico, a capital de Mato Grosso do Sul conta com quase a totalidade dos domicílios servidos de água encanada, sendo que no ano de 2000 eram 95,55%, e em 2010, 99,30% dos domicílios. Quanto ao fornecimento de energia elétrica, em 2000 eram 99,79% dos domicílios, e em 2010 99,90% de abrangência. No quesito coleta de lixo, são 98,24% de cobertura, no ano de 2000, e 99,80%, em 2010. Em se tratando de esgotamento sanitário adequado, em 2010 eram cobertos 58,7% dos domicílios. Já a taxa de urbanização de vias públicas, em 2010, chega em 33,4%, segundo dados do IBGE.

Quanto à saúde, a taxa de mortalidade infantil (crianças com menos de um ano de idade) no município reduziu de 24,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 16,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Já o numero de estabelecimentos cobertos pelo SUS está em 123 instituições, segundo dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

No quesito educação, no município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 95,14% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,37%. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.4 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 19 de 79. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, passava a 9ª posição, num total de 79 municípios no Mato Grosso do Sul. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98 em 2010. Isso posicionava o município na 23ª posição dentre as 79 cidades do estado e na 2.065ª posição dentre as 5570 cidades do Brasil, conforme dados do PNUD.

Segundo dados do IBGE , a renda per capita média de Campo Grande cresceu 71,98% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 633,42, em 1991, para R\$ 782,39, em 2000, e para R\$ 1.089,37, em 2010. O que corresponde a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,89%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,37%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, cuja renda domiciliar per capita é inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 13,96%, em 2000, para 4,59%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesse período pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,60, em 2000, para 0,56, em 2010. O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA,2004).

A taxa de atividade, entre 2000 e 2010, da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 71,82% em 2000 para 73,75% em 2010. Concomitantemente, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,14% em 2000 para 5,89% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 3,20% trabalhavam no setor agropecuário, 0,08% na indústria extrativa, 7,83% na indústria de transformação, 9,47% no setor de construção, 0,98% nos setores de utilidade pública, 19,14% no comércio e 54,63% no setor de serviços, conforme dados do IBGE.

O número de empresas ativas em Campo Grande cresceu de modo considerável, chegando ao montante de 80.000 empresas ativas em 2014, sendo que deste total, 90% são de micro, médias e pequenas empresas. O pico do crescimento de geração de empregos foi registrado em 2010, ano em que foram criados mais de 28.000 empregos. Nos anos subsequentes, foi registrada queda significativa desta oferta, chegando em 2.128 empregos em 2014, segundo dados do IBGE.

Quanto à produção agrícola, as lavouras ocupam 24.772 ha do município, que produziram, em 2014, 74.784 t de soja, 108.300 t de milho e 90.310 t de cana-de-açúcar, dentre outras culturas. Já o rebanho bovino, em 2014, somava 548.665 cabeças de gado, enquanto galináceos somavam 604.600 cabeças, conforme dados do IBGE.

### *3.1.1 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia*

Na capital sul matogrossense, a estrutura responsável pelo desenvolvimento local é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia (SEDESC), cuja norma de criação é a Lei nº 4.722, de janeiro de 2009, atualizada através do Decreto nº 13.059, de 17 de janeiro de 2017. Trata-se de um órgão de fomento ao desenvolvimento integrado, faz parte da administração direta da Prefeitura Municipal de Campo Grande, e tem por missão promover o desenvolvimento autossustentável e competitivo do município, através da formulação de políticas públicas e ações intersetoriais em: agronegócio, indústria, comércio, serviços, turismo, ciência e tecnologia, respeitando as particularidades dos diversos segmentos da sociedade. Seus princípios de gestão tem por finalidade a coordenação, promoção, articulação, incentivo e fomento para execução de suas atividades.

A SEDESC, além do Secretário Municipal e Secretário-Adjunto, tem a seguinte estrutura básica: órgãos colegiados, compostos por: Conselho Municipal de Indústria, comércio e Serviço; Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico; Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

- 1) Unidades organizacionais de assessoramento, compostas por: Assessoria jurídica; Assessoria de Planejamento e Projetos; Assessoria de Ciência, Tecnologia e Inovação; Assessoria Institucional.
- 2) Unidades Organizacionais de atividades operacionais, compostas por:
  - a) Superintendência de Fomento ao Comércio, Indústria e Serviços, que compreende a Gerência de fomento ao Comércio e Serviços; Gerência de Fomento à indústria; Gerência de Fomento ao Empreendedorismo.
  - b) Superintendência de Fomento ao Agronegócio, que compreende a Gerência de Fomento à Pesca e Aquicultura; Gerência de Agropecuária e Agricultura Familiar; Serviço de Inspeção Municipal (Divisão de Assistência Técnica, Capacitação, Associativismo e Cooperativismo).
  - c) Gerência de Infraestrutura e Logística, que abarca a Divisão de Infraestrutura e Energia e Divisão de Logística.
- 3) Unidades organizacionais de atividades instrumentais, compostas por: Gerência de Administração e Finanças, subdividida em Divisão Administrativa, Divisão de Orçamentos e Finanças e Divisão de Recursos Humanos.

### *3.1.2 Conselhos Municipais Vinculados à SEDESC*

A SEDESC tem quatro conselhos municipais à ela vinculados, a saber: Conselho Municipal de Fomento ao Comércio, Indústria e Serviços – COMCIS; Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CODECON; Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – CMCTI e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, e suas características encontram-se a seguir.

#### *3.1.2.1 Conselho Municipal de Fomento ao Comércio, Indústria e Serviços*

Instituído pela Lei Municipal nº 4.622, de 24 de abril de 2008, e regulamentado pelo Decreto nº 10.492, de 21 de maio de 2008, o Conselho Municipal de Fomento ao Comércio, Indústria e Serviços (COMCIS), é um órgão consultivo de deliberação colegiada, vinculado a Secretaria Municipal de Fomento ao Agronegócio, Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia - SATUR, responsável pela coordenação da política de desenvolvimento econômico e desenvolvimento rural integrado e sustentável.

O COMCIS tem como competências: participar da definição das políticas para o desenvolvimento sustentável no Município, dos setores de Indústria, Comércio e Serviços, conjugando esforços para a integração de ações e a utilização dos recursos destinados ao desenvolvimento sustentável do Comércio, Indústria e Serviços do Município; criar um sistema de informações visando subsidiar as decisões relativas ao desenvolvimento sustentável dos setores de Indústria, Comércio e Serviços do Município; participar da elaboração, análise, aprovação e execução de planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento sustentável dos setores de Indústria, Comércio e Serviços no Município; apresentar ao Executivo Municipal, o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável para o Comércio e Serviços do Município; acompanhar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento sustentável dos setores de Indústria, Comércio e Serviços no Município; zelar pelo cumprimento das leis e programas de desenvolvimento sustentável dos setores de Indústria, Comércio e Serviços no Município, sugerindo, inclusive, mudanças visando o seu aperfeiçoamento e melhoria contínua; oferecer subsídios aos órgãos responsáveis pelas políticas de desenvolvimento sustentável da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no que se refere aos setores de Comércio e de Serviços; e por fim, assessorar na motivação e organização dos setores de Indústria, Comércio e Serviços, incluindo campanhas de estímulo ao desenvolvimento sustentável desses setores do Município.

O Conselho Municipal de Fomento ao Comércio, Indústria e Serviços - COMCIS será composto de 27 (vinte e sete) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 14 (quatorze) representantes de Órgãos Governamentais e 13 (treze) representantes não governamentais, nomeados por ato de poder Executivo Municipal, devendo ser assegurada a participação dos representantes dos trabalhadores dos setores da Indústria, Comércio e Serviços. Segue quadro de componentes do COMCIS:

### Quadro 3 - Membros do COMCIS

<b>Número de Representantes</b>	<b>Órgão a ser representado</b>
01	Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEPROTUR
01	Secretaria Municipal de Fomento ao Agronegócio, Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Turismo - SATUR
01	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
01	Agência de Desenvolvimento Econômico de Campo Grande - ADCG
01	Banco do Brasil - Superintendência Estadual do Mato Grosso do Sul
01	Caixa Econômica Federal - Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul
01	Agência Municipal de Transporte e Trânsito - AGETTRAN
01	Fundação Social do Trabalho - FUNSAT
01	Instituto Municipal de Planejamento Urbano - PLANURB
01	Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas - SESOP
01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável SEMADES
01	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
01	da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO - Superintendência de Mato Grosso do Sul
01	Fundação Municipal de Cultura - FUNDAC
01	Associação Comercial e Industrial de Campo Grande - ACICG
01	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul - FIEMS
01	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL
01	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção Mato Grosso do Sul
01	Sindicato dos Empregados no Comércio de Campo Grande - SEC de Campo Grande
01	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA
01	Sindicato dos Taxistas do Estado de Mato Grosso do Sul - SINTAXI - MS
01	Associação Sul-Mato-Grossense de Supermercados - AMAS
01	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular de Mato Grosso do Sul - SINEPE/MS
01	Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo grande - CDL/MS
01	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Mato Grosso do Sul - SESCON/MS

01	Conselho Regional de Administração de Mato Grosso do Sul - CRA/MS
01	Cooperativa de Crédito dos Micros e Pequenos Empresários de Campo Grande e Região - SICREDI Empresarial/MS

Fonte: elaboração própria

### 3.1.2.2 Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODECON), criado pela Lei Complementar nº 29, de 25 de outubro de 1999, é um órgão colegiado de natureza consultiva, e tem por atribuições: emitir parecer sobre a viabilidade ou não de programas ou projetos de desenvolvimento econômico a serem implantados no Município, em especial aqueles apresentados por empresa interessada em receber os benefícios do PRODES (Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande); examinar os casos de revisão, suspensão ou revogação dos incentivos concedidos pelo PRODES; elaborar o seu regimento interno e encaminhá-lo ao Chefe do Poder Executivo para a devida aprovação; analisar a Carta Consulta (constante no regulamento da Lei) emitida pelas empresas interessadas em pleitear os incentivos do PRODES.

O CODECON é um colegiado que possui 13 membros efetivos de igual número de suplentes, com mandato de dois anos e com representantes de órgãos e entidades do município, sendo três representantes dos empregados da indústria, comércio e serviços e três representantes dos trabalhadores das indústrias, comércio serviços cada um de cada setor. Segue quadro de componentes do CODECON.

#### Quadro 4 – Membros do CODECON

<b>Número de Representantes</b>	<b>Órgão a ser representado</b>
01	Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais SEGOV
02	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças SEFIN
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia SEDESC
01	Procuradoria Geral do Município PGM
01	Fundação Social do Trabalho FUNSAT
01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana SEMADUR
01	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul FIEMS
01	Associação Comercial e Industrial de Campo Grande ACICG
01	Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Campo Grande – MS
01	Sindicato dos Empregados no Comércio de Campo Grande
01	Sindicato Rural de Campo Grande – MS
01	Serviços de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul SEBRAE

Fonte: elaboração própria

### 3.1.2.3 Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação

Através da Lei nº 4.404, de 06 de Setembro de 2006, é criado o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCTI), órgão colegiado de caráter consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, com a finalidade de propor diretrizes e prioridades voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico em benefício da comunidade de Campo Grande. Trata-se de órgão vinculado à Secretaria Municipal de Fomento ao Agronegócio, Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia - SATUR, que viabilizará a infraestrutura operacional e administrativa necessária para a sua instalação e para o desempenho de suas competências.

As atribuições do Conselho são: submeter à apreciação do Poder Executivo propostas que fomentem a diversificação das atividades econômicas, mediante a aplicação de conhecimentos técnicos e científicos, como meio de geração de emprego e renda no Município; propor a criação de sistema de informações, visando subsidiar a operacionalização das ações de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação do Município; apresentar sugestões de alocação de recursos para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no orçamento anual do Município; prestar assessoramento ao Executivo Municipal na definição de diretrizes destinadas ao desenvolvimento da política de desenvolvimento científico e tecnológico; prestar apoio a programas e projetos, estimulando a geração de novos empreendimentos de base científica, tecnológica e de inovação; articular-se com órgãos governamentais e entidades privadas, relacionadas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia; articular-se com órgãos e instituições internacionais para construir canais de intercâmbio, parcerias e captação de recursos de estímulo à pesquisa científica e tecnológica; promover fóruns, debates, estudos e seminários sobre temas ligados à ciência, tecnologia e inovação; realizar estudos e emitir pareceres e/ou recomendações no que concerne ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

O CMCTI é composto de 15 membros, sendo sete representantes de órgãos governamentais e oito representantes de instituições não governamentais, nomeados por ato do Poder Executivo. Segue quadro dos componentes do CMCTI.

**Quadro 5 – Membros do CMCTI**

<b>Número de Representantes</b>	<b>Órgão a ser representado</b>
01	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –Embrapa
01	Secretaria Municipal de Educação – SEMED
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia – SEDESC
01	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
01	Agência Municipal de Tecnologia de Informação e Inovação – AGETEC
01	Secretaria Municipal de Saúde – SESAU
01	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS
01	Associação Comercial e Industrial de CG – ACICG
01	Serviço de apoio as Micro e pequenas Empresas -SEBRAE
01	Rede Sul – Mato Grossense de Inovação/MS
01	Federação do Comercio de Bens, Serviços e Turismo/MS – FECOMERCIO
01	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul-FIEMS
01	Universidade Católica Dom Bosco – UCDB
01	Sindicato Rural – Campo Grande/MS
01	Universidade UNIDERP

Fonte: elaboração própria

### 3.1.2.4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), criado pela Lei nº 4.477, de 30 de maio de 2007, é um órgão consultivo de deliberação colegiada, vinculado a Secretaria Municipal de Fomento ao Agronegócio, Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia, responsável pela coordenação da política de desenvolvimento econômico e desenvolvimento rural integrado e sustentável.

São competências do CMDRS: participar na definição das políticas para o desenvolvimento rural sustentável do Município; conjugar esforços para a integração de ações e a utilização dos recursos destinados ao desenvolvimento sustentável rural do município; participar da elaboração, análise, aprovação, execução e apresentar ao executivo municipal os planos, programas e projetos voltados ao desenvolvimento rural sustentável do Município, bem como acompanhar e avaliar a execução destes planos; zelar pelo cumprimento das leis e programas de desenvolvimento rural sustentável no Município e das questões relativas ao meio ambiente sugerindo, inclusive, mudanças visando o seu aperfeiçoamento, e por fim, oferecer subsídios ao órgão responsável pela política de desenvolvimento rural sustentável da Prefeitura Municipal de Campo Grande, para a execução do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS.

O CMDRS será composto de 21 (vinte e um) membros titulares e igual número de suplentes, sendo 11 (onze) representantes de Órgãos Governamentais e 10 (dez) representantes não governamentais, assegurada a participação dos representantes dos trabalhadores rurais. Segue quadro de componentes do CMDRS:

**Quadro 6 - Membros do CMDRS**

<b>Mesa Diretora: Presidente, Vice-presidente e Secretário-executivo</b>	
<b>Número de Representantes</b>	<b>Órgão a ser representado</b>
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia / SEDESC
01	Secretaria Municipal de Educação / SEMED
01	Secretaria Municipal de Saúde / SESAU
01	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e desenvolvimento Urbano SEMADUR
01	Agência Municipal de Habitação de Campo Grande / EHMA
01	BANCO DO BRASIL
01	Superintendência Federal de Agricultura / SFA - MS
01	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural / AGRAER
01	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária / EMBRAPA
01	Central de Abastecimento / CEASA
01	Cooperativa Agrícola de Campo Grande / COOP GRANDE
01	Associação Campograndense de Engenheiros Agrônomos / ACEA
01	Federação dos Trabalhadores da Agricultura / MS
01	Organização das Cooperativas Brasileiras / OCB - MS
01	Universidade Católica Dom Bosco / UCDB
01	Federação dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Assalariados Rurais do Estado / FETTAR - MS
01	Sindicato Rural
01	Conselho Regional de Medicina Veterinária / CRMV - MS
01	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar de Campo Grande / MS
01	Universidade UNIDERP

Fonte: elaboração própria

**3.1.3 Políticas Públicas de Desenvolvimento Promovidas pela SEDESC**

Entre as principais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia (SEDESC) destacam-se:

**a) Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande – PRODES:**

O PRODES foi implantado em 25 de outubro de 1999, por meio da Lei Complementar nº 29 e posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 9.166, de 22 de fevereiro de 2005.

Este programa tem como objetivo atrair empreendimentos, aumentar a oferta de emprego e aumentar a renda da população. Para alcançar esses objetivos, concede incentivos fiscais e extrafiscais que são utilizados como instrumento de fomento à instalação, ampliação ou realocação de empresas industriais, comerciais ou de prestação de serviços no município.

Os principais objetivos do PRODES são: promover o desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e tecnológico do município; estimular a transformação industrial de produtos primários; proporcionar condições para a criação e ampliação de estabelecimentos mercantis de micro e pequenas empresas; oferecer condições de desenvolvimento e expansão de atividades para as empresa já instaladas no município; viabilizar condições de instalação de novas empresas oriundas de outras regiões do país e do exterior. Os incentivos oferecidos pelo município de Campo Grande incluem, dentre outros, doação de terrenos para a construção de obras necessárias ao funcionamento das empresas; execução de serviços de infraestrutura necessários à edificação de obras civis e de vias de acesso; redução e/ou isenção de tributos municipais e a qualificação e intermediação de mão de obra.

#### **b) Sistema Municipal de Incubação de Empresas - SMIE**

O Sistema Municipal de Incubação de Empresas - SMIE oferece apoio temporário a empreendimentos e empresas nascentes, com cessão de infraestrutura, apoio técnico, administrativo e de serviços. Seu foco principal é o desenvolvimento local e regional, através do incentivo às parcerias com fornecedores e compradores locais e regionais, com vistas à redução dos custos de produção, bem como a comercialização dos diversos produtos produzidos. Também possibilita a introdução de novas indústrias no contexto socioeconômico do município, a geração de novos empregos, o fortalecimento da economia local e a formação de empreendedores sintonizados com as exigências de competitividade em uma economia globalizada. As Incubadoras Municipais de Campo Grande funcionam como centros de desenvolvimento de novas empresas, sempre aproveitando as potencialidades locais e regionais. Campo Grande possui incubadoras de empresas no ramo de confecção têxtil, artefatos de couro, alimentação, artesanato e de base tecnológica. O Sistema Municipal de Incubação de Empresas possui três modalidades de incubação:

a) pré-incubação: modalidade onde o empreendimento ou a empresa recebe o apoio na elaboração do plano de negócio, fora das dependências da incubadora, por um período de até três meses, podendo após avaliação, tornar-se um incubado residente;

b) incubação residente: modalidade onde o empreendimento ou a empresa recebe o apoio técnico e de gestão, instruções e consultorias, instalando-se em uma das salas da incubadora, por um período de até 30 meses;

c) incubação à distância: modalidade pela qual a micro e pequena empresa possuem espaço físico e recebem da incubadora municipal apoio técnico e de gestão, instrutoria e consultorias, por um período de até 30 meses.

A meta de fortalecer o programa de incubadoras municipais consta tanto no PPA 2014 – 2017 quanto no PPA 2018 -2021, denotando interesse em dar seguimento à esta política.

### **c) Piscicultura e Aquicultura**

A SEDESC desenvolve projetos de fomento e apoio técnico para o desenvolvimento da produção sustentável de alimentos no município, atendendo em torno de 25 comunidades de pequenos e médios agricultores tradicionais, assentados da reforma agrária e do Programa Nacional do Crédito Fundiário, incluindo uma comunidade quilombola. A Superintendência para a Pesca e Aquicultura (SPA), responsável pelo apoio à produção de peixes e do manejo sustentável dos recursos pesqueiros visando à alimentação na merenda escolar e familiar, bem como a geração de trabalho, emprego e renda, foi criada por meio do Decreto Municipal nº 12.239, de 21 de novembro de 2013. Por um diagnóstico prévio realizado pela Superintendência para Pesca e Aquicultura, cerca de 200 famílias enquadradas na agricultura familiar do município podem ser beneficiadas com a produção de pescados devido ao fato de possuírem propriedades com relevo e potencial hídrico compatível à produção de pescados. Está sendo elaborado um diagnóstico das áreas com possibilidades de revitalização e implantação de piscicultura. Embora essa política seja citada no PPA 2018 – 2021, não está claro como se dará sua operacionalização para cumprir suas metas. Na página da prefeitura na internet, não constam informações mais detalhadas sobre o funcionamento desta política de apoio à piscicultura e aquicultura.

### **d) Agricultura Familiar**

Para viabilizar os sistemas de desenvolvimento da agricultura familiar, foram estabelecidas políticas públicas, como modalidades de crédito (plantio, compra de maquinários, etc.), inclusão de jovens, mulheres, apoio à agricultura orgânica, reflorestamento, apoio ao cooperativismo e comercialização. O poder público municipal, por meio da SEDESC, estabelece parcerias junto às instituições que atuam no meio rural, representantes das organizações sociais ligados ao desenvolvimento rural, aos agricultores

(as) familiares. O objetivo dessas parcerias é fortalecer a construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico do meio rural do município de Campo Grande.

O departamento do Agronegócio tem articulado processos e programas, tais como: operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de compra direta com doação simultânea; apoio ao desenvolvimento da Agricultura Orgânica; apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar; articulação do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), e apoio ao processo de motomecanização da agricultura familiar.

### **3.2 Fortaleza – Ceará**

A capital do Ceará, Fortaleza, foi fundada no dia 13 de abril de 1726, ao redor do rio Pajeú, sendo elevada à condição de cidade em 1823, porém seu núcleo original remonta do século XVII. Portugal tinha por finalidade estabelecer no local um forte cuja função seria para defender a região contra estrangeiros e facilitar o contato com o norte do Brasil. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o município é constituído de 5 distritos: Fortaleza, Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Parangaba, permanecendo a mesma divisão territorial datada de 2007.

O município de Fortaleza está localizado na região nordeste do Estado do Ceará e conta com uma área de 320,12 km<sup>2</sup>. Sua população, segundo Censo de 2010, é de 2.452.185 habitantes e tem como estimativa para 2017 uma população de 2.627.482 habitantes. A densidade demográfica de Fortaleza é alta, com mais de sete mil habitantes por km<sup>2</sup> e seu IDH municipal está em constante crescimento, tendo uma significativa mudança entre os anos 2000 e 2010, passando de 0,652 para 0,754 (índice considerado alto) - com uma taxa de crescimento de 15,64%. Atribui-se esse aumento significativo a educação, o índice que mais cresceu em termos absolutos, conforme dados do PNUD.

Em relação a saneamento básico, a cidade de Fortaleza tem 74% dos domicílios ligados na rede geral de esgoto. Quando se analisam os bairros da cidade, percebe-se uma expressiva desigualdade na oferta deste serviço, existindo os bairros com percentual de cobertura acima de 95% e com menos de 5%. Em relação à coleta de lixo, tem-se que Fortaleza caminha para a universalização deste serviço urbano, ao passo que 98,75% das residências possuem coleta de lixo realizada por empresa de serviço de limpeza. Não obstante, alguns bairros da cidade ainda carecem de maior atenção, pois possuem um índice inferior a 95% de cobertura. Ressalte-se que a ampliação da coleta de lixo dos domicílios ocasiona

impactos positivos na minimização de problemas na área ambiental e de saúde pública, melhorando conseqüentemente a qualidade de vida da população. Em relação a rede de água a cidade tem, em 2010, 98,7% das casas abastecidas e 99,75% das residências com energia elétrica, segundo dados do IBGE.

As regiões mais vulneráveis e com casas sem abastecimento de água, sem energia elétrica e sem saneamento básico coincidem com os bairros cuja maior parte da população situa-se na faixa da extrema pobreza (segundo o IBGE de 2010 com renda familiar mensal inferior a 70 reais por pessoas). São 134 mil pessoas e corresponde a 5,5% da população da cidade. Conforme dados do IBGE (2010), 32% da população está em zona de vulnerabilidade e 27% de pessoas com 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal.

No que tange aos aspectos de saúde, a taxa de mortalidade infantil reduziu, de 34,6 em 2000, para 15,8 em 2010, a cada 1000 nascidos vivos. Além disso, o SUS – Sistema único de Saúde - contempla 65,1% da prestação dos serviços de saúde no município, restando 34,9% para a rede privada. A dengue e a tuberculose aparecem em maior número de vezes enquanto doenças que necessitam de notificação compulsória. Para cada 1000 habitantes são 1,95% médicos, 0,26% de dentistas, 3,52% de leitos hospitalares e 0,12% de unidades de saúde pública, segundo dados do IBGE.

Em relação à educação, em 2010, Fortaleza possuía 92,5% da população em idade escolar frequentando a escola e ocupa a 14ª posição entre as capitais brasileiras. A maioria das crianças é atendida por escolas públicas, cerca de 60%, contra 31% na rede privada. Sobre a população alfabetizada, em 2010, 93,5% da população com 10 anos ou mais sabiam ler e escrever. Entretanto, mesmo que tenha aumentado esse índice, a taxa de alfabetização não chega a 90%, o que é preocupante, pois a maioria destas crianças frequenta a escola. Por outro lado, é a 4ª capital com maior proporção de pessoas com Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto e a 5ª posição com a maior proporção de pessoas sem Instrução e com Fundamental Incompleto e a menor proporção de pessoas no Ensino Superior Completo, segundo dados do IBGE.

A cidade de Fortaleza também teve um crescimento significativo na sua renda per capita e uma diminuição da taxa de extremamente pobres e de pobres. A capital cearense possui ainda diversos bairros, especialmente na sua zona periférica, que apresentam grandes conglomerados de miséria. A renda per capita média de Fortaleza cresceu 85,18% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 457,04, em 1991, para R\$ 610,48, em 2000, e para R\$ 846,36, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,30%. A

taxa média anual de crescimento foi de 3,27%, entre 1991 e 2000, e 3,32%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 38,97%, em 1991, para 27,54%, em 2000, e para 12,14%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,64, em 1991, para 0,64, em 2000, e para 0,61, em 2010.

Em 2010, as pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 0,80% trabalhavam no setor agropecuário, 0,14% na indústria extrativa, 13,80% na indústria de transformação, 6,23% no setor de construção, 0,98% nos setores de utilidade pública, 20,23% no comércio e 51,55% no setor de serviços. E o total de empregos formais no ano de 2014 era 838.280 e a faixa etária de 30 a 39 anos que concentra a maior parte dos empregos formais.

As indústrias ativas, segundo dados de 2014, são 17.373 e o tipo de indústria que lidera é a de transformação. A indústria de transformação compreende as atividades que envolvem transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes para obter produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, pesca, ou produtos de outras atividades industriais. E foi exatamente o setor industrial um dos mais desenvolvidos e que possui um apoio do governo para projetos de associativismo, cooperativismo e economia solidária.

### *3.2.1 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico*

No município de Fortaleza a secretaria responsável pelo desenvolvimento local é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e foi criado pela Lei Complementar nº 137 de 08 de janeiro de 2013. É um órgão integrante da administração direta da Prefeitura de Fortaleza e tem por objetivo ser um instrumento de implementação das ações estratégicas de desenvolvimento econômico autossustentável, envolvendo iniciativas de fortalecimento do sistema produtivo formal e informal, visando à efetividade das ações do município.

A secretaria é composta por: Direção Superior (com Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretário Executivo de Desenvolvimento Econômico), Órgão de Assessoramento, Órgãos de Execução Programática (que compreende a Coordenadoria de Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios); Órgão de Execução Instrumental e Entidade Vinculada, com a Fundação de Cultura, Esporte e Turismo. Nesta estrutura estão presentes os órgãos responsáveis pela SDE, e os atores responsáveis para o funcionamento

das mesmas. Vinculado à SDE, temos o Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, cujas características apresentam-se a seguir.

### *3.2.2 Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza*

O Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (CMDE), instituído pela Lei nº 10.753, de 12 de junho de 2018 (que renomeou o anteriormente denominado Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza), é um órgão colegiado de caráter deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE), com estrutura e competências disciplinadas na forma desta Lei. Tem como competências avaliar e definir os setores e atividades econômicas que poderão obter incentivos fiscais, bem como as áreas do Município de Fortaleza onde as pessoas poderão usufruir destes benefícios fiscais; compete ainda ao CMDE incentivar, avaliar e aprovar concessões e parcerias público-privadas, além de exercer o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipal, estadual e federal, organismos internacionais e instituições financeiras, visando ao aprimoramento da política municipal de desenvolvimento econômico, dentre outras atribuições.

O CMDE deverá ser assessorado por dois Grupos Técnicos, o Grupo Técnico de Parcerias Público-Privadas (GTPPP), quando se tratar de parceria público-privada, e o Grupo Técnico de Análise de Pleitos (GTAP), quando se tratar dos demais assuntos de sua competência.

São atribuições do Grupo Técnico de Parcerias Público-Privadas (GTPPP): analisar e emitir parecer técnico sobre projetos de PPP; analisar e emitir parecer técnico sobre os relatórios semestrais de execução de contratos de parceria público-privada, analisar e emitir parecer sobre o Plano de Parceria Público-Privada, dentre outras competências.

São atribuições do Grupo Técnico de Análise de Pleitos (GTAP): prover suporte técnico, analisar e emitir parecer ao CMDE sobre assuntos relacionados a incentivos fiscais e concessões; fiscalizar o cumprimento das metas estabelecidas nos projetos de viabilidade de instalação ou expansão apresentados, bem como o cronograma de execução do empreendimento ajustado com o CMDE, dentre outras competências.

Quanto à composição, o Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza é composto de 11 membros, todos provenientes de órgãos e estruturas governamentais. Tanto o Grupo Técnico de Parcerias Público-Privadas (GTPPP) quanto o

Grupo Técnico de Análise de Pleitos (GTAP) são compostos de 9 membros cada um, todos advindos de estruturas governamentais. Segue quadro de componentes do CMDE:

**Quadro 7 – Membros do CMDE**

<b>Número de Representantes</b>	<b>Órgão a ser representado</b>
01	Prefeito – Presidente do CMDE
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) – vice-presidente
01	Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN)
01	Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA)
01	Secretaria Municipal de Turismo de Fortaleza (SETFOR)
01	Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza (CITINOVA)
01	Secretaria Municipal de Governo (SEGOV)
01	Procuradoria Geral do Município (PGM)
01	Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG)
01	Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)
01	Câmara Municipal de Fortaleza

Fonte: elaboração própria

Cabem algumas observações acerca do CMDE, que era anteriormente denominado Conselho de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza e já havia se tornado 100% estatal, através da Lei nº 10.625, de outubro de 2017. Eis que em junho de 2018, passa a denominar-se Comitê de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, consolidando sua descaracterização enquanto órgão de promoção da participação de diferentes atores, uma vez que anteriormente era composto por 14 atores estatais e oito não estatais (segundo a Lei nº 10.279, de dezembro de 2014).

### *3.2.3 Políticas Públicas de Desenvolvimento Promovidas pela SDE*

As políticas pertinentes a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e suas principais atividades são:

**a) Apoio ao Desenvolvimento Territorial Solidário – ADTS**

O ADTS é uma parceria entre a SDE e o Governo Federal, contemplando os bairros: Pirambu, Autran Nunes, Genibaú, Siqueira, Bom Jardim, Curió e Paupina. Oferece incubação dos empreendimentos, com capacitação em gestão de negócios, implantação de Casa de Economia Solidária e dois pontos fixos de comercialização, apoio na realização feiras e na concessão de microcrédito solidário. Destina-se ao público beneficiário do programa Bolsa Família, usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Empreendimentos de Economia

Solidária (EES) e família de egressos no sistema prisional. O ADTS desenvolve-se em três etapas, quais sejam: mobilização e mapeamento dos potenciais produtivos e formação dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), capacitação em 21 temas envolvendo Economia Solidária, Informática Básica e Gestão de Negócios, além de acompanhamento contínuo dos Empreendimentos de Economia Solidária, pelo período de um ano.

#### **b) Banco da Periferia**

O Instituto Periferia é uma ONG (Organização não Governamental), cuja sede encontra-se na periferia de Fortaleza, e sua finalidade é promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades mais vulneráveis, facilitando o acesso aos serviços bancários e financeiros para a população de baixa renda, tendo como estratégia a organização em rede de produtores, consumidores e atores sociais. O Banco da Periferia, lançado em dezembro de 2015, foi desenvolvido pelo Instituto Palmas, em parceria com a SDE, Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e Governo do Estado. Dentre os serviços oferecidos, destacam-se: inclusão financeira e bancária por meio de uma plataforma móvel e gratuita; abertura e extrato de conta corrente; depósito em conta corrente e saque avulso ou por meio do celular. Além de democratizar o acesso aos serviços financeiros, o local também oferta os serviços do Programa de Empreendedorismo Sustentável, disponibilizando ações de formalização de negócios, capacitações gerenciais, consultoria contábil e inscrição no Programa Feiras de Pequenos Negócios de Fortaleza.

#### **c) Programa de Empreendedorismo Sustentável – PES**

O Programa de Empreendedorismo Sustentável - PES é uma iniciativa da SDE, com diversos parceiros, que busca promover ações de apoio aos micros e pequenos empreendedores locais no aperfeiçoamento do seu negócio, oferecendo formalização de microempreendedores, capacitação gerencial, acesso ao microcrédito, consultoria contábil e apoio na comercialização de produtos e serviços. Parte das ações do PES consistem em capacitações gratuitas, em áreas como finanças pessoais; atendimento e vendas; motivação; comércio eletrônico; primeiros passos para montar um negócio; como precificar um produto; saúde financeira e fluxo de caixa, dentre outras temáticas. São disponibilizadas 20 vagas para cada oficina, que têm duração de duas a três horas.

#### **d) Incubadora de Economia Criativa**

São duas incubadoras para empreendimentos criativos, sendo uma no Cuca da Barra do Ceará e a segunda na Secretaria Regional VI. Os jovens, selecionados por edital,

participam de 11 módulos de capacitação, totalizando 240 h/a, além de receberem acesso aos demais serviços da incubadora. O Projeto é uma iniciativa da SDE, em parceria com Regional VI, Coordenadoria da Juventude e Rede de Incubadoras de Empresas do Ceará.

**e) Programa Feiras de Pequenos Negócios de Fortaleza**

Com o objetivo de estimular a geração de emprego e renda, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) desenvolve, mensalmente, o Programa Feiras de Pequenos Negócios. A ação disponibiliza espaços para a realização de feiras e comercialização de produtos produzidos por pequenos empreendedores da Cidade, a fim de apoiar unidades produtivas individuais e coletivas, auxiliando no aumento da produção e comercialização em diversos pontos de venda e contribuindo para geração de emprego e renda familiar de pequenos empreendedores locais. As feiras são realizadas em vários pontos da Cidade: nas sedes das Secretarias Regionais I e III, na Praça do Lago Jacarey, nos terminais de ônibus, no Vapt Vupt Messejana e Antônio Bezerra, na Praça Murilo Borges, no calçadão da Praia de Iracema, no Mercado dos Peixes, entre outros locais públicos. A ação já cadastrou 2.055 artesãos nas 1.304 feiras realizadas desde 2014. Até meados de 2018, o faturamento gerado pelo programa girou em torno de R\$ 4,4 milhões para os pequenos empreendedores de Fortaleza, segundo informações da página da prefeitura na internet.

**f) Projeto Visão nas Mãos**

O projeto tem o objetivo de estimular o desenvolvimento inclusivo e oferecer oportunidade de trabalho e renda para as pessoas com deficiência visual, a partir da disponibilização de espaços públicos para o desenvolvimento das atividades dos massoterapeutas, capacitações gerenciais e práticas, além de material de consumo para apoiar a atividade. Atualmente, são atendidos 47 portadores de deficiência visual, que foram inseridos no mercado de trabalho na atividade de massoterapia, a partir deste projeto. Estes profissionais atuam em vários pontos da cidade de Fortaleza: Praça dos Estressados, Mercado Central de Fortaleza, Ouvidoria e Controladoria do Estado, Fórum Clóvis Beviláqua, SDE Fortaleza, Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinf), Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), Coordenadoria Especial de Relações Internacionais e Federativas (Cerif) e nas Regionais I, II e IV.

### 3.3 Palmas – Tocantins

Palmas foi a última capital planejada do século XX , criada para ser a capital definitiva do estado do Tocantins, região norte do Brasil, sediando os órgãos administrativos, e tem apenas 29 anos de vida, portanto, bastante jovem ainda.

Palmas começou a ser construída em 1989 após o lançamento da pedra fundamental no dia 20 de maio do mesmo ano. Seu território é formado pelo desmembramento de parte dos municípios Porto Nacional e Taquaraçu do Porto. E seu nome foi escolhido em homenagem a Comarca de São João da Palma, sede do primeiro movimento separatista da região, instalada na barra do rio Palma com o rio Paranã, em 1809. Torna-se capital definitiva de Tocantins em 1o de janeiro de 1990. Desde a criação do estado, em 1988, até então, Miracema de Tocantins era a capital provisória.

Localizado na mesoregião oriental do Estado, Palmas possui uma área de 2.218,943 km<sup>2</sup>. Sua população, segundo censo do IBGE (2010), é de 228.332 habitantes, e estimada em 279.856 habitantes em 2016. A densidade demográfica de Palmas é de 102,94 habitantes por km<sup>2</sup> e seu IDH municipal apresenta significativo crescimento entre os anos 2000 e 2010, passando de 0,654 para 0,788, situando esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, ocupando a 76<sup>a</sup> posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, e em relação aos outros 139 municípios de Tocantins, Palmas ocupa a 1<sup>a</sup> posição no ranking, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) 2013. No período entre 2000 e 2010, a dimensão cujo índice teve maior crescimento em termos absolutos foi educação, seguida por renda e longevidade.

A cidade de Palmas teve um crescimento significativo na sua renda per capita e uma redução de 28% na taxa de extremamente pobres, de 9,39% em 2000 para 6,68% em 2010. Em relação a saneamento básico, a cidade de Palmas está 99,3% coberta com esgotamento sanitário, pois de um total de 68.679 domicílios, 68.171 tinham, em 2010, esse tipo de serviço. Já em relação ao abastecimento de água, o município tem 95,5% de seus domicílios cobertos com este serviço. Quanto à coleta de lixo, Palmas tem 97% de seus domicílios atendidos pelo serviço de coleta, considerando a coleta direta dos resíduos por serviço de limpeza e coleta dos resíduos em caçambas. (SEPLAN/TO/ 2017).

Em relação à saúde, a taxa de mortalidade infantil entre 2008 e 2015 reduziu em 20%, ou seja, em 2008, a cada 1000 nascidos vivos, morriam 14,7 crianças, enquanto que em 2015, a cada 1.000 nascidos vivos, morreram 11,9 crianças palmenses. No Brasil, no mesmo período, a taxa de mortalidade reduziu de 16,17 para 13,8 a cada 1.000 nascidos vivos e,

segundo o IBGE, é a menor taxa em 11 anos. Quanto à oferta de hospitais, Palmas possui 9 hospitais gerais, além de 51 centros de saúde, 120 clínicas especializadas e 9 policlínicas, dentre outros serviços de saúde. Entre leitos SUS e Não SUS, totalizam oferta de 527 leitos hospitalares. A cobertura vacinal para prevenção de tuberculose, febre amarela, poliomielite e tétano, aproxima-se dos 100% no município. A oferta de médicos é de 1,78 médicos para cada 1.000 habitantes. Segundo a OMS, há 1,76 médicos no Brasil para cada 1.000 mil habitantes.

Em relação à educação, em 2010, Palmas apresentava taxa de escolarização (de 06 a 14 anos) de 98%, posicionando o município em 40º do total de 139 no Tocantins, e em 2.065º de 5.570 municípios no Brasil. Taxa de escolarização, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é a percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário), podendo ser líquida ou bruta. A maioria dos alunos são atendidos pela rede pública de ensino, cerca de 79% das 39.557 matrículas de ensino fundamental, sendo o restante atendidos por rede particular. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Palmas (IDEB) em 2015 para os alunos dos anos iniciais foi 6, e para os anos finais, 4,7, posicionando Palmas em 1402º lugar no IDEB Brasil e em 6º lugar no Tocantins. O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Sobre a taxa de alfabetização<sup>3</sup>, em 2010, 96,4% da população com 10 anos ou mais sabiam ler e escrever. Taxa de alfabetização é o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem, na população total da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

A renda per capita média de Palmas cresceu 52,21% entre 2000 e 2010, passando de R\$ 714,58 para R\$ 1.087,35. Isso equivale, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2010), a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,29%. A proporção de pessoas pobres (renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00), passou de 19,03% em 2000, para 6,91% em 2010. A redução da desigualdade de renda nesse período pode ser visualizada através do Índice de Gini, que passou de 0,63, em 2000, para 0,58, em 2010. Em relação ao trabalho, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 77,61% em 2000, para 79,11% em 2010. Em contrapartida, a taxa de desocupação passou de 14,4% em 2000 para 6,07% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas (18 anos ou mais), 3,12% trabalhavam no setor agropecuário, 0,14% na indústria extrativa,

5,02% na indústria de transformação, 10,36% no setor de construção, 1,08% nos setores de utilidade pública, 16,57% no comércio e 55,43% no setor de serviços.

Quanto à distribuição das indústrias por segmento, há uma concentração no segmento de indústrias da construção civil e do mobiliário (40,15%). Logo em seguida, a indústria mecânica, metalúrgica e de material elétrico 27,77% e a indústria da alimentação com 9,90%. Segundo o IBGE, na última década o PIB gerado em Palmas cresceu 76% em termos reais. De um lado, o setor de serviços cresceu 112% , em contraponto ao setor da indústria, que reduziu em 6% sua geração de riqueza.(IBGE 2010). O PIB de Palmas em 2008 foi de 2.770.087,33 (1.000 R\$) e o PIB Per capita anual 15.054,00 (R\$), e em 2014, o PIB atingiu cifras de 6.544.297,46 (1.000 R\$) enquanto o PIB per capita chegou a 24.657,41 (R\$).

A produção agrícola de Palmas conta com 4.668 hectares de lavouras permanentes, 1.044 hectares de lavouras temporárias, e apresenta na produção agrícola, dentre outros, cultura de feijão, mandioca, milho e soja, sendo a cultura de milho e soja as que mais cresceram em termos de área colhida, entre 2010 e 2015. O milho teve um salto de 570 hectares de área colhida em 2010, com uma produção de 912 toneladas, para 4.302 hectares em 2015, com uma produção de 11.738 toneladas. Já a soja, aumentou de 6.175 hectares de área colhida em 2010, com uma produção de 18.525 toneladas, para 8.182 hectares em 2015, com uma produção de 26.175 toneladas de grão. Quanto aos rebanhos, a capital do Tocantins mantém um efetivo de diversos rebanhos, entre bovinos, aves, suínos, ovinos e equinos. O rebanho bovino cresceu exponencialmente, sendo em 2010 de 378 cabeças para 31.586 cabeças em 2015. Em seguida, aparece o rebanho de aves, que contava, em 2010, com 771 cabeças e, em 2015, com 62.805 cabeças.

### *3.3.1 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego*

No município de Palmas o órgão responsável pelo desenvolvimento local é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego (SEDEM), e foi instituída pela Lei nº 1954, de 1º de abril de 2013. É um órgão integrante da administração direta da Prefeitura de Palmas, sendo uma secretaria municipal de natureza fim, composta pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária do Município de Palmas (Banco do Povo) e pelo Fundo de Inovação e Desenvolvimento econômico de Palmas (FIDEP).

Tem por objetivos: Estimular e desenvolver o turismo; promover e fomentar o conhecimento científico e promover a inovação tecnológica; tornar Palmas uma cidade

competitiva e atrativa nas diversas áreas da economia; promover o desenvolvimento científico e tecnológico, através de incubadoras de empresas, parques tecnológicos e projetos científicos; fomentar o empreendedorismo, por meio de concessão de microcrédito, para a geração de emprego e renda; desenvolver políticas públicas de trabalho e emprego, por meio de qualificação profissional.

A secretaria é composta por: Secretário Municipal; Chefe de Gabinete; Secretários de Gabinete; Diretor de desenvolvimento Comercial e Industrial; Gerente de Apoio a Atividade Industrial; Gerente de Ensino; Diretoria de Desenvolvimento do Turismo; Diretoria de Desenvolvimento do Turismo; Gerente de Atendimento ao Turista; Gerente de Promoção Turística; Superintendente do Sine/Palmas; Diretor de Articulação Institucional de Trabalho e Emprego; Diretor de Qualificação Profissional do Trabalho, Emprego e Renda; Gerente de Monitoramento e Avaliação do Trabalho. A SEDEM conta ainda com dois conselhos vinculados, o Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas – CIDEP, e o Conselho Municipal de Economia Solidária – CMESOL, cujas características apresentam-se a seguir.

### *3.3.2 Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas*

O Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas (CIDEP), instituído pela Lei nº 2.024, de 20 de janeiro de 2014, é um conselho de caráter deliberativo e consultivo, cujas principais atribuições são formular e fazer executar as políticas de inovação e desenvolvimento econômico, atuando nos termos da Lei e do seu Regimento Interno.

O CIDEP é o órgão responsável pela administração dos programas de incentivos como: benefícios fiscais, seção de áreas públicas, alienações de áreas dos distritos indústrias, áreas empresariais e outros projetos de inovação e desenvolvimento econômico no município de Palmas. Compete ainda ao CIDEP: debater e sugerir propostas de políticas públicas e reformas estruturais para o desenvolvimento econômico e social; gerir o Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas (FIDEP), aprovando sua programação, orçamento e seus relatórios anuais; definir quais atividades ou empreendimentos que podem usufruir dos benefícios previstos nos programas de incentivos; dentre outros.

Os membros do CIDEP serão escolhidos dentre os indicados pelos órgãos da administração direta e indireta do município de Palmas e por diversos segmentos da sociedade civil organizada. O CIDEP será constituído por 22 (vinte e dois) membros, com igual número

de suplentes, designados por ato do Chefe do Poder Executivo e não serão remunerados; o mandato durará dois anos, podendo haver a recondução ao cargo. As decisões do Conselho serão tomadas pela maioria simples dos votos dos membros presentes à sessão, incluindo o voto do Presidente (representante da ACIPA ou CDL). Segue quadro dos componentes do CIDEP:

**Quadro 8 – Membros do CIDEP**

<b>Número de Representantes</b>	<b>Órgão a ser representado</b>
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego;
01	Secretaria Municipal de Finanças
01	Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
01	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos
01	Procuradoria Geral do Município
01	Secretaria Municipal de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte
01	Agência Municipal de Turismo
01	Instituto de Planejamento Urbano de Palmas
01	Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACIPA
01	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Palmas - CDL
01	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO
01	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins - FECOMÉRCIO
01	Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Tocantins - FACIET
01	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET
01	Associação dos Distribuidores e Atacadistas do Estado do Tocantins - ADAT
01	Associação Tocantinense de Supermercados - ATOS
01	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE
01	Conselho Regional de Contabilidade - CRC
01	Conselho regional de Administração - CRA

Fonte: elaboração própria

Juntamente à criação do CIDEP, foi instituído o FIDEP – Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas, voltado ao financiamento de programas, projetos e ações voltados à inovação e desenvolvimento econômico da capital do Tocantins. Os recursos necessários para o exercício das competências do CIDEP e do FIDEP são de responsabilidade da SEDEM.

### *3.3.3 Conselho Municipal de Economia Solidária*

A lei nº 2.026, de três de fevereiro de 2014, instituiu o Conselho Municipal de Economia Solidária (CMESOL). Trata-se de um conselho de caráter deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego. Compete ao CMESOL: formular diretrizes e propor ações que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política dos segmentos envolvidos com a Economia Solidária; propor critérios para a seleção dos programas e projetos de economia Solidária financiados com recursos próprios do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária - Banco do Povo; do tesouro municipal, bem como de repasses federais e estaduais; definir os critérios para a expedição do Selo Certificador de Economia Solidária – Selo Solidário; analisar projetos referentes à Economia Solidária, além de acompanhá-los e fiscalizá-los em sua execução; definir meios para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Solidária às informações da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária e dos serviços públicos; propor, acompanhar e avaliar a realização de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização em Economia Solidária, de iniciativa da Administração Pública Municipal Direta e Indireta; desenvolver mecanismos e formas de facilitar o acesso dos beneficiários da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária a recursos públicos; fiscalizar o cumprimento da legislação em âmbito municipal que atendam aos interesses das pessoas atuantes na Economia Solidária do Município; propor mecanismos de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Solidária; convocar a Conferência Municipal de Economia Solidária; colaborar na elaboração de projetos, programas e serviços da Administração Pública, buscando a integração das políticas públicas municipais de fomento à Economia Solidária; criar comissões especializadas ou grupos de trabalho para desenvolver estudos, projetos, debates e pesquisas relativas aos interesses da Economia Solidária no Município; encaminhar propostas e sugestões da sociedade civil ou de fóruns temáticos setoriais; organizar plenárias e audiências públicas, quando necessário, para a discussão de diretrizes e projetos relacionados à Economia Solidária; propiciar e garantir a articulação efetiva do Conselho Municipal de Economia Solidária com associações e demais entidades representativas locais, e com outros conselhos, no âmbito municipal, estadual e federal, buscando o fortalecimento da participação social.

O CMESOL será constituído por 14 (quatorze) membros, com igual número de suplentes, designados por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme quadro que segue:

### Quadro 9 - Membros do CMESOL

Número de Representantes	Órgão a ser representado
02	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
01	Fundação Municipal de Cultura
01	Secretaria Municipal da Educação
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
01	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
05	Empreendimentos de Economia Solidária - EES
02	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária - EAF.

Fonte: elaboração própria

#### 3.3.4 Políticas Públicas de Desenvolvimento Promovidas pela SEDEM

Políticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego – SEDEM:

##### a) Projeto Desenvolve Palmas

O Projeto Desenvolve Palmas foi lançado oficialmente em 12 de setembro de 2013, e segundo Aguiar e Soares Filho (2018), teve seu seguimento a partir de debates realizados na 1ª Conferência Municipal de Economia Solidária de Palmas, onde a pauta da economia solidária surge como uma estratégia para o desenvolvimento econômico sustentável, regional, territorial e local, trazendo um novo modelo de trabalho e geração de renda com base no associativismo, direcionado para cooperativas de produção e serviços. É um projeto do Governo Federal, executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Economia Solidária, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego da Prefeitura de Palmas, e tem por objetivo fomentar a economia solidária na capital do Tocantins, gerando emprego e renda, de forma sustentável. O Desenvolve Palmas atua fornecendo assistência à formalização de empreendimentos, capacitação, parcerias com o Banco do Povo, organização de documentos, divulgação, comercialização, e a participação em feiras de artesanatos. O projeto vem fomentando ações integradas de economia solidária em vários setores da cadeia produtiva, com a promoção de desenvolvimento sociocomunitário. São contemplados também projetos na área de horta empreendedora, defumados, piscicultura, prestação de serviços, dentre outros.

São participantes os projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coletas e reciclagem de materiais, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários,

empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, que buscam dinamizar as economias locais, garantindo trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental. Os técnicos do programa ofertam assessoria técnica multidisciplinar sobre legislação e regulamentação, capacitação, aperfeiçoamento de produtos, dentre outras orientações.

**Quadro 10 - Grupos de economia solidária e comunidades atendidas pelo Desenvolve Palmas**

<b>Política Pública Planejada</b>	<b>Grupos/Comunidades Atendidas</b>
Associação Reciclo Palmas	Quadra 409/ Norte
Associação dos Produtores Rurais do P.A. Entre Rios	Chácara Monte Sinai, Zona Rural
Associação Parque do Sucupira (Bom Peixe)	Bom Peixe
AMAP - Associação de Mulheres em Ação	Quadra 503 Norte
CRIARTE - Grupo de Mulheres Artesãs Do Lago Sul	Região Lago Sul
ACASP – Associação Condomínio Aquícola São Pedro	Feira 304 Sul
COOPERAM – Cooperativas de Recicláveis Amigos	Quadra 1.102 Sul
AMAS – Associação das Mulheres do P.A. Sitiam	P.A. Sítio Zona Rural
Casa do Artesão de Palmas	Galeria Bela Palmas
ASCAMPA – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do TO	Quadra 403 Norte
Casa do Artesão de Taquaruçu	Região Taquaruçu

Fonte: Aguiar e Soares Filho (2018)

Segundo publicação de 08 de agosto de 2018, no site oficial da SEDEM, o projeto Desenvolve Palmas, que é realizado por meio de convênio com Ministério do Trabalho e Emprego, e fica instalado na sede da Secretaria SEDEM, tem termo aditivo contratual garantido até abril de 2019. De acordo com a SEDEM, atualmente o projeto alcança 110 pessoas tanto nas usinas de moda como nas entidades de artesanato, cerâmica e outros. Os técnicos do programa ofertam assessoria técnica multidisciplinar sobre legislação e regulamentação, capacitação, aperfeiçoamento de produtos e comercialização. Nesta nova etapa serão ministradas Usinas de Moda, com confecção de roupas em geral e artesanato em tecido, no Rodoshopping, Jardim Taquari, setor Santa Fé e na Arno 61, com 36 máquinas de costura cedidas pelo Projeto e Assessoria, sendo 8 para cada usina. De acordo com a

Coordenadoria Geral do Projeto Desenvolve Palmas, existem quatro metas a serem cumpridas, a saber: manutenção do centro público de economia solidária e divulgação dos empreendimentos de economia solidária; apoio à comercialização solidária e fomento às finanças solidárias; realização de ações estratégicas que promovam o acompanhamento, monitoramento, divulgação e a avaliação de políticas sociais; fornecer assessoria técnica e formação aos empreendimentos de economia solidária identificados e manutenção dos espaços de produção coletiva, as usinas da moda.

#### **b) Banco do Povo**

O Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas - Banco do Povo, criado através da Lei nº 1.367, de 17 de maio de 2005, e regulamentada pelo Decreto 198/06, tem por competências: viabilizar a implementação da política de microcrédito no Município de Palmas; articular com a política estadual, nacional e internacional de microcrédito; conceder empréstimos e apoiar a qualificação de micro e pequenos empreendedores e cooperativas; viabilizar a criação de novas oportunidades de trabalho e renda no Município de Palmas; promover o apoio às incubadoras sociais. O Banco do Povo tem por objetivo a geração de emprego e renda por meio da promoção de micro e pequenos empreendimentos, formais ou informais e as organizações econômicas de caráter coletivo e solidário. Para a consecução dos seus objetivos, os recursos oriundos do Fundo, serão especialmente destinados a microprodutores urbanos ou rurais, artesãos, prestadores de serviços de pequeno porte, ambulantes e feirantes; empréstimos a cooperativas ou outras formas associativas de produção ou de trabalho; financiamento a micro empresas e empresas de pequeno porte; capacitação, assistência técnica e treinamento gerencial de micro e pequeno empreendedores; qualificação de mão-de-obra; cooperativas e associações de produção e trabalho regularmente constituídas.

#### **c) Programa de Incubação - CIAP**

O CIAP – Centro de Inovação e Aceleração de Empresas de Palmas, vinculado à SEDEM, está localizado no Setor Eco-industrial e Atacadista de Palmas, tem por objetivo incentivar o desenvolvimento de alternativas científicas e tecnológicas locais, de baixo impacto ambiental e socialmente relevantes, realizando parcerias com instituições de ensino e pesquisa e organizações do terceiro setor, constituindo-se como um mecanismo de apoio a empreendedores para a criação de empresas inovadoras de base tecnológica, nas quais a tecnologia representa alto valor agregado, ou ainda braço de Pesquisa e Desenvolvimento das

micro, pequenas, médias e grandes empresas, que tenham interesse de desenvolver um produto ou linhas de produtos, serviços ou processos utilizando-se da sua estrutura.

O CIAP possui duas modalidades de incubação:

- Incubadora de Empresas Residentes, que visa apoiar a criação de empreendimentos competitivos, através da geração de processos inovadores, e inserção no mercado de produtos que atendam às demandas de pessoas físicas e jurídicas, permitindo a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico local e regional. Essa modalidade destina-se a empreendedores, empresas constituídas ou em formação que já tenham dominado a tecnologia, o processo de produção, e disponham de capital mínimo assegurado, bem como um Plano de Negócios bem definido, que permitam o início da operação e do faturamento em no máximo até 12 meses após sua instalação. Áreas preferenciais: Tecnologia de informação, biotecnologia, telecomunicações, Construção civil renovável, Energias renováveis, empresas tradicionais e novos materiais.
- Incubadora de Empresas Não Residentes, que visa Apoiar empresas que já estão constituídas e que não precisam de espaço físico para se instalar, mas que necessitam de todo o apoio fornecido pelo CIAP para alavancagem do negócio. Áreas preferenciais: Tecnologia de informação, biotecnologia, telecomunicações, Construção civil renovável, Energias renováveis, empresas tradicionais e novos materiais.

O CIAP abriga ações visando a formação de parcerias junto às universidades, institutos de pesquisas, iniciativa privada e órgãos públicos, que no conjunto dão suporte à criação do futuro Parque Tecnológico de Palmas. O Centro de Inovação e Aceleração de Palmas abriga empreendimentos como: Incubadora de projetos; empresas incubadas; aceleração de empresas; Centro de Apoio Empresarial – CAEP; Centro Público.

#### **d) Centro de Apoio Empresarial de Palmas - CAEP**

O Centro de Apoio Empresarial de Palmas – CAEP tem por objetivo agilizar os procedimentos para abertura de negócios no município. Os pequenos e demais empresários tem reunidos, em um só lugar, todos os serviços que necessitam para abertura de empresa, bem como disponibilizado espaço para recepcionar investidores, disponibilizando informações sobre os diversos seguimentos de mercado num mesmo ambiente físico e virtual. Segundo o PPA 2018 -2021, o número de atendimentos de empreendedores e investidores chegou a 3.704 em 2016, e teve um total de 2.125 atendimentos em 2017.

### **e) Eventos apoiados pela SEDEM**

A SEDEM apoia diversos eventos de grande porte em Palmas, cuja finalidade é fomentar o desenvolvimento econômico através do turismo. São eles:

- **Capital da Fé**

O evento Capital da Fé acontece no período do carnaval, na Vila Olímpica de Palmas. Reúne todos os anos artistas da música gospel, com o objetivo de oferecer uma alternativa para as famílias palmenses e de cidades vizinhas no feriado de carnaval, reunindo num período de festas uma opção diferenciada, com a proposta de fomentar o desenvolvimento econômico, turístico e cultural do município de Palmas. Trata-se de um evento que reúne diferentes correntes cristãs e apreciadores do estilo musical Gospel (com a alteração da Lei Rouanet, em 2012, a música gospel foi reconhecida como manifestação cultural e passou a receber incentivo público).

- **Festival Gastronômico de Taquaruçu**

O distrito de Taquaruçu, na região serrana da Capital, sedia todos os anos no mês de setembro o maior evento gastronômico da região Norte do Brasi, O Festival Gastronômico de Taquaruçu. O Festival, que acontece há dez anos, revela criatividade na elaboração de pratos com ingredientes regionais, que disputam entre si o título de “melhores pratos do festival”.

O Festival Gastronômico conta com outras atrações, como o “Cozinha Show”, onde chefes nacionais e regionais desenvolvem pratos à base de ingredientes da culinária local, como coco babaçu, mandioca, caju, pintado, buriti, cajá, carne de sol, tucunaré, abóbora, banana da terra, pequi, murici, castanha de caju, abacaxi, mangaba. Também apresenta shows com artistas de renome nacionais e regionais durante as cinco noites do festival.

- **Arraiá da Capital**

O Arraiá da Capital São João das Palmas tornou-se, com o passar dos anos, uma grande produção, atraindo durante cinco noites um grande público apaixonado pelas festas juninas. Aos participantes é apresentado, além de outras coisas, competições de danças, num verdadeiro espetáculo de dança e teatro ao centro da arena. A Cidade Cenográfica e a Arena são montadas na Vila Olímpica, ao lado do Estádio Nilton Santos. A cidade Cenográfica reproduz as características das pequenas cidades nordestinas, berço da cultura junina, e conta com barraquinhas de comidas típicas de festa junina, tais como: paçoca, quentão, cuscuz, pipoca, pamonha, curau, dentre outras comidas típicas.

- **Natal dos Sonhos**

O Natal dos Sonhos de Palmas, tal qual o tradicional Natal Luz de Gramado (RS), reproduz a magia e o encanto das festas de final de fim ano. Na Avenida Teotônio Segurado é instalado o maior túnel de LED do Brasil, com 15 km de extensão, e também na Avenida LO-11, próxima ao Parque Cesamar, apresenta o Desfile de Natal, que traz alas de anjos estilizados, Papais Noéis gigantes, bonecas de patins, quebra-nozes, soldadinhos de chumbo, e muitas outras novidades. O Parque Cesamar vira a Vila Encantada do Papai Noel no mês de dezembro, local onde os visitantes encontrarão a Mamãe Noel, além de duendes, renas, soldadinhos de chumbo e toda a família sagrada.

- **Palmas Praia**

A temporada de praias é em julho no Tocantins, período de baixa dos rios, e a população tem como uma tradição realizar acampamentos a beira dos rios que cortam a região. As cinco praias oficiais de Palmas, banhadas pelo lago, funcionam o ano inteiro, mas o ponto alto é a temporada de férias, denominada de “Palmas Praia”, que oferece uma programação diversificada para os palmenses e turistas, com atividades esportivas, culturais, boa gastronomia e locais para camping.

- **Distrito de Taquaruçu**

O distrito de Taquaruçu, situado a 32 km de Palmas, é um local recomendado para os amantes de esportes radicais, pois conta com belas cachoeiras, corredeiras, rampa para parapente, tudo junto a uma biodiversidade que atrai muitos visitantes. Taquarucu é um refúgio para quem quer curtir o clima serrano em Palmas. São várias cachoeiras com estrutura para receber visitantes.. O clima ameno e o ambiente bucólico do local atraem visitantes que buscam o sossego da natureza. Taquaruçu também oferece aos seus visitantes bons restaurantes com uma rica gastronomia, além de pousadas e hotéis fazendas, que são uma boa opção para quem quer aproveitar todos os atrativos que o local oferece.

## 4 ANÁLISE DE DADOS

A partir do marco teórico-analítico que fundamenta este trabalho, foram demarcados três elementos para a análise: equidade, sustentabilidade e participação. Neste capítulo, o objetivo é evidenciar se tais elementos encontram-se ou não presentes nas políticas desenvolvidas pelas estruturas municipais estudadas.

### 4.1 Equidade

Ao observar as políticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia de Campo Grande (SEDESC), é possível afirmar que a atuação deste órgão é baseada na perspectiva do desenvolvimento endógeno, no que tange ao viés da equidade, uma vez que, pelo menos em torno de 50% de suas metas e objetivos são voltados para a população mais vulnerável. Uma análise do PPA 2014 -2017 mostra que as metas focadas em dinamizar as cadeias produtivas, com inovação tecnológica, diversificação da produção para a ampliação dos postos de trabalho, geração de emprego e renda, fomentar a economia solidária, promover e apoiar a agricultura familiar, dentre outras, apontam para esforços em torno do desenvolvimento focalizado nos mais vulneráveis. A seguir, apresento o quadro de Políticas e beneficiários em Campo Grande.

#### Quadro 11 – Focalização das Políticas de desenvolvimento da SEDESC de Campo Grande

<b>Política Pública</b>	<b>Focalização nos mais vulneráveis?</b>
	Sim / não /indeterminado
Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande /PRODES	Não
Sistema Municipal de Incubação de Empresas/ SMIE	Não
Piscicultura e Aquicultura	Sim
Agricultura Familiar	Sim

Fonte: elaboração própria

Em Fortaleza, as políticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) são em sua maioria, voltadas à população mais vulnerável, cerca de 70% destas ações focalizam neste público. Segundo o PPA 2014 – 2017, Fortaleza tem como programas prioritários na área de desenvolvimento econômico o Programa Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios, cujo foco é o apoio aos micro e pequenos negócios; e o Programa Atração de Investimentos e Projetos Estruturantes, cujo

objetivo é dinamizar e diversificar a base econômica local, atraindo investimentos, promovendo a geração de emprego e renda. Segue quadro de políticas e beneficiários em Fortaleza.

#### **Quadro 12 – Focalização das Políticas de desenvolvimento da SDE de Fortaleza**

<b>Política Pública</b>	<b>Focalização nos mais vulneráveis?</b>
	Sim / não /indeterminado
Apoio ao Desenvolvimento Territorial Solidário/ADTS	Sim
Banco da Periferia	Sim
Programa de Empreendedorismo Sustentável /PES	Não
Incubadora de Economia Criativa	Sim
Programa Feiras de Pequenos Negócios	Não
Projeto Visão nas Mãos	Sim

Fonte: elaboração própria

Na capital do Tocantins, Palmas, as ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego (SEDEM) estão parcialmente voltadas ao público mais vulnerável, ou seja, menos da metade das políticas focalizam nesta parcela da população. A maior parte das ações estão voltadas ao fomento ao desenvolvimento da indústria, comércio, serviços e expansão do agronegócio. No PPA 2014 – 2017 de Palmas, os objetivos giram em torno de melhorar a infraestrutura industrial da cidade, com o intuito de atrair novos empreendimentos. Segue quadro de políticas e beneficiários em Palmas.

#### **Quadro 13 – Focalização das Políticas de desenvolvimento da SEDEM de Palmas**

<b>Política Pública</b>	<b>Focalização nos mais vulneráveis?</b>
	Sim / não /indeterminado
Projeto Desenvolve Palmas	Sim
Banco do Povo	Sim
Centro de Inovação e Aceleração de Empresas de Palmas/ CIAP	Não
Centro de Apoio Empresarial de Palmas /CAEP	Não
Eventos apoiados pela SEDEM	Não

Fonte: elaboração própria

Uma vez que o conceito de equidade, segundo Docampo (2007) supõe que o desenvolvimento seja igualitário e inclusivo, preferencialmente, para todos, podemos inferir que as políticas, programas e ações desenvolvidas pelas estruturas das três capitais apresentam esforços na intenção de proporcionar bem estar e melhorias na vida dos mais vulneráveis, o que não necessariamente traduz-se em resultados na prática. Neste quesito, destaca-se

Fortaleza, pois a maior parte de seus objetivos e ações constantes nos PPAs convergem para a população mais vulnerável, o que pode ser parcialmente explicado pelo fato de ser esta a capital mais antiga e mais populosa dentre as três analisadas, e a que possui maior número de bolsões de pobreza, necessitando, portanto, de maiores esforços neste sentido.

#### 4.2 Sustentabilidade

No que tange à sustentabilidade, as políticas da SEDESC de Campo Grande, em sua maioria (75%), apresentam em seus objetivos e metas algum grau de comprometimento com os benefícios sociais e o impacto causado por estas políticas. No PPA 2014 – 2017, o Programa Campo Grande Sustentável e Inovadora e o Programa Campo Grande Capital do Trabalho denotam preocupação com o desenvolvimento econômico, com a economia solidária, com a qualificação de mão de obra, com a geração de emprego e renda, todas estas ações que podem gerar benefício social à população. Segue abaixo o quadro de políticas e impacto social em Campo Grande.

**Quadro 14 – Explicitação de Impacto social nas políticas de desenvolvimento da SEDESC de Campo Grande**

<b>Política Pública</b>	<b>Apresenta impacto social?</b>
	Sim / não /indeterminado
Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande /PRODES	Sim
Sistema Municipal de Incubação de Empresas/ SMIE	Indeterminado
Piscicultura e Aquicultura	Sim
Agricultura Familiar	Sim

Fonte: elaboração própria

Quanto à Fortaleza, a SDE apresenta em quase 70% de suas políticas a preocupação com a sustentabilidade, enquanto no PPA 2014 – 2017, no Programa Empreendedorismo e Sustentabilidade de Negócios, uma das finalidades é possibilitar uma maior organização, competitividade e sustentabilidade dos micro e pequenos negócios, o que seriam ações que podem trazer inclusão social. Também segundo esse PPA, o Programa Atração de Investimentos e Projetos Estruturantes tem como algumas das finalidades a geração de emprego e renda e o fortalecimento e incremento das empresas locais. A seguir é apresentado o quadro de Políticas e impacto social em Fortaleza.

**Quadro 15 – Explicitação de Impacto social nas Políticas de Desenvolvimento da SDE de Fortaleza**

<b>Política Pública</b>	<b>Apresenta impacto social?</b>
	Sim / não /indeterminado
Apoio ao Desenvolvimento Territorial Solidário/ADTS	Sim
Banco da Periferia	Sim
Programa de Empreendedorismo Sustentável /PES	Não
Incubadora de Economia Criativa	Indeterminado
Programa Feiras de Pequenos Negócios	Sim
Projeto Visão nas Mãos	Sim

Fonte: elaboração própria

A SEDEM, por sua vez, apresenta compromisso com a sustentabilidade, em 100% de suas políticas. Segundo o PPA 2014 – 2017, as metas e ações apresentam objetivos tais como capacitação para o empreendedorismo, incentivo à inovação e ao desenvolvimento econômico e o assessoramento aos empreendimentos solidários. Segue quadro das Políticas e impacto social em Palmas.

**Quadro 16 – Explicitação de Impacto social nas Políticas de Desenvolvimento da SEDEM de Palmas**

<b>Política Pública</b>	<b>Apresenta impacto social?</b>
	Sim / não /indeterminado
Projeto Desenvolve Palmas	Sim
Banco do Povo	Sim
Centro de Inovação e Aceleração de Empresas de Palmas/ CIAP	Sim
Centro de Apoio Empresarial de Palmas /CAEP	Não
Eventos apoiados pela SEDEM	Sim

Fonte: elaboração própria

Cabe ressaltar que não está claro como serão efetivadas as ações constantes nos PPAs, nem se estas ações se traduzirão em sustentabilidade. Uma vez que o fomento às atividades produtivas e as ações visando geração de trabalho e renda são as que mais aparecem nos PPAs, denota-se a ênfase econômica das atividades, em detrimento de um desenvolvimento mais abrangente e igualitário. Tal característica já havia sido apontada em Lima e D’Ascenzi (2008c).

### **4.3 Participação**

A participação popular é um direito garantido na Constituição Federal de 1988, podendo dar-se por meio de conselhos municipais, presentes em diversas áreas, inclusive a do desenvolvimento local. Para Docampo (2007), a democracia não se limita assim ao simples exercício do direito ao voto, mas também ao que se decide sobre o tipo de gestão e de políticas de execução que foram previamente consensuais entre os cidadãos. Dessa maneira, a cidadania cobra um papel mais ativo, mais responsável e com cotas maiores de satisfação. Um dos mecanismos de operacionalização da participação são os conselhos, que são órgãos colegiados de participação social, que estando vinculados às secretarias, tem por atribuições a participação na elaboração e na implementação das políticas públicas.

#### *4.3.1 Conselhos*

A partir das novas responsabilidades atribuídas aos municípios na Constituição de 1988 o governo federal, através da legislação, passa a exigir dos municípios a criação de conselhos municipais (artigo 29, inciso XII da Constituição Federal). Estes conselhos devem ser orientados pelo princípio da paridade na sua composição, sendo composto de metade dos representantes do estado, enquanto a outra metade de representantes de órgãos compostos por membros da sociedade civil (igrejas, sindicatos, associações, etc.), a fim de permitir a participação popular na administração pública.

A participação popular é garantia constitucional nas áreas de seguridade social, educação, entre outras. Por esse motivo, normalmente existem diversos conselhos em um único município, pois cada um abarca uma área diferente do interesse público, podendo ser a educação, saúde, infância e juventude, direitos da mulher, mobilidade urbana, meio ambiente, entre outras.

As informações mais detalhadas acerca dos conselhos encontram-se nas leis orgânicas dos municípios, onde estão previstas a quantidade de conselhos na cidade, áreas de interesse em que atuarão e também outras regulamentações necessárias. O funcionamento dos conselhos, suas atribuições e suas funções estão registrados em seus respectivos regulamentos.

Os conselhos podem ser divididos em três grupos principais: os conselhos de programas, os conselhos temáticos e os conselhos de políticas. Quanto à área de atuação, podem ser articuladas com as esferas locais, estaduais e federais e, no que se refere ao poder

de decisão, podem ser deliberativos, consultivos e de assessoria (BRONSTEIN, FONTES e PIMENTA, 2016).

Nas três capitais analisadas, os conselhos atuam de diversas formas e possuem diferentes atribuições, conforme segue: Em Campo grande, onde atuam quatro conselhos vinculados à SEDESC, temos o Conselho Municipal de Fomento ao Comércio, Indústria e Serviços - COMCIS, que é um órgão consultivo de deliberação colegiada, ou seja, tanto elabora pareceres e relatórios sobre um assunto, quanto tomam decisões em conjunto acerca de diversas ações a serem tomadas. Também tem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CODECON, órgão colegiado de natureza consultiva, ou seja, pode emitir opinião sob a forma de pareceres, porém sem poder decisório. Campo Grande também possui o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - CMCTI, que é um órgão colegiado de caráter consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, ou seja, influencia nas decisões, porém não possui poder de decisão. E, por fim, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, órgão consultivo de deliberação colegiada, que tem poder de opinião e de decisão, podendo participar de todo o ciclo das políticas públicas pertinentes ao conselho.

Em Fortaleza, vinculado à SDE, existe o Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza – CMDE, que é um órgão colegiado de caráter deliberativo, com poder decisório em todas as etapas do ciclo das políticas públicas de desenvolvimento local.

No município de Palmas, observaram-se dois conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego, a saber: Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas – CIDEP, que é um conselho de caráter deliberativo e consultivo, podendo tanto elaborar pareceres quanto formular e fazer executar as políticas de inovação; e o Conselho Municipal de Economia Solidária – CMESOL, que é um conselho de caráter deliberativo e consultivo, voltado às políticas de fomento à economia solidária.

Quanto à presença de atores estatais e não estatais, Palmas é a única das três capitais que possui igual porcentagem de participação, sendo 50% compostos de membros do governo, 50% de membros da sociedade civil. Em Campo Grande os conselhos apresentam leve disparidade na participação, penderes para membros do governo, com exceção do CMCTI, que possui 53% de atores não estatais. Quanto à Fortaleza, a principal característica do CMDE é ser 100% composto por atores estatais, o que desmobiliza a participação de múltiplos atores. Segue quadro referente à participação dos atores nos conselhos das três capitais:

**Quadro 17 – Atores estatais e não estatais nos conselhos selecionados**

Conselhos	Atores			
	Estatal	%	Não Estatal	%
<b>Campo Grande</b>				
Conselho Municipal de Fomento ao Comércio, Indústria e Serviços	14	52	13	48
Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico	07	54	06	46
Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação	07	47	08	53
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	11	52	10	48
<b>Fortaleza</b>				
Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza	11	100	-	0
<b>Palmas</b>				
Conselho Municipal de Economia Solidária (CMESOL)	07	50	07	50
Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas (CIDEP)	11	50	11	50

Fonte: elaboração própria

Cabe ressaltar a importância da presença e efetividade dos conselhos nos municípios, pois permite a participação de membros da sociedade civil em diferentes níveis decisórios. Dentre as capitais analisadas, Campo Grande foi a que apresentou maior número de conselhos na área de desenvolvimento econômico, abrangendo diferentes segmentos da economia local. As dificuldades em encontrar a composição de alguns conselhos, bem como as leis que os criaram, exigiram pesquisa em vários sites além do oficial das prefeituras, ou seja, para levantar alguns destes dados foram pesquisados blogs de notícias, páginas especializadas em leis, jornais eletrônicos.

#### 4.4 Análise Comparada

Ao traçar um comparativo entre as três estruturas analisadas, observaram-se algumas diferenças e algumas similaridades. Quanto à dimensão da equidade, todas apresentaram um importante grau de comprometimento com a melhoria do bem estar da população, em especial com os mais vulneráveis, com destaque para Fortaleza, cujos objetivos e ações são quase totalmente voltados para este segmento.

Quanto à dimensão da sustentabilidade, o destaque fica com Palmas, cujas ações, objetivos e metas dos Planos Plurianuais demonstram intenção de resultar em impacto social,

embora não haja clareza se obterão tal resultado. As demais capitais analisadas também direcionam suas políticas para tal fim, embora com menos ênfase.

Por fim, no que tange à dimensão da participação, cabe destacar que Campo Grande é o município, dentre os analisados, que possui conselhos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia, que representam todos os setores da economia, contando atualmente com quatro conselhos, com diversas atribuições, e apresentando grande pluralidade de atores. Palmas tem dois conselhos, sendo um deles voltado à economia solidária. O destaque negativo seria de Fortaleza, pois possui um comitê de desenvolvimento, composto apenas de membros estatais, descaracterizando a prerrogativa da pluralidade de atores na participação. Segue quadro de análise comparada entre as três estruturas analisadas.

**Quadro 18 – Análise comparada das três estruturas**

<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Equidade</b>	<b>Sustentabilidade</b>	<b>Participação</b>
SEDESC - Campo Grande	Menor ênfase na Equidade	Grande parte das ações voltadas ao impacto social	Participação mais ampla, possui quatro conselhos diferentes
SDE - Fortaleza	Maior ênfase na Equidade	Grande parte das ações voltadas ao impacto social	Não possui pluralidade de atores no comitê. 100% atores estatais
SEDEM - Palmas	Ênfase parcial na Equidade	Maior ênfase na preocupação com o impacto social	participação mais paritária

Fonte: elaboração própria

## 5 CONCLUSÃO

A partir da proposta de analisar as políticas públicas de desenvolvimento local implementadas pelas secretarias municipais de Campo Grande/MS, Fortaleza/CE e Palmas/TO, conclui-se que as três capitais possuem o mesmo tipo de estrutura de organização, configurando-se como secretarias municipais. Também observou-se, a partir dos respectivos Planos Plurianuais e das páginas eletrônicas oficiais, que os três municípios apresentam metas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento local, nas dimensões da equidade, da sustentabilidade e da participação, ainda que em diferentes níveis de comprometimento.

Dentre as limitações da presente pesquisa, pode-se citar que o uso de dados secundários implica em não ter controle sobre a precisão dos mesmos. Devido à falta de algumas informações nas páginas eletrônicas das secretarias municipais, foi necessário buscar e cruzar alguns dados com páginas de jornais eletrônicos, bem como buscar textos de leis em sítios eletrônicos especializados em assuntos jurídicos. Em especial, a página oficial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia de Campo Grande, apresenta várias abas que não foram construídas ainda, e outras abas que possuem conteúdo bastante incompleto e limitado. As demais páginas oficiais dos municípios também apresentam algumas limitações, tais como falta de nominata dos conselhos vinculados, dentre outras. Também observa-se como uma limitação o fato de que as políticas, programas e ações divulgadas nas páginas eletrônicas oficiais possuem nomenclaturas diferentes das constantes nos PPAs, necessitando de aglutinação de características para fins de estudo.

Quanto aos municípios analisados, observa-se que Campo Grande é uma cidade planejada de 146 anos, com aproximadamente 790.000 habitantes e cerca de 97 habitantes por Km<sup>2</sup>. Seu IDHM de 0,784 é considerado alto, e a renda per capita média é de R\$ 1.089,37 segundo dados do IBGE (2010). As atividades econômicas estão concentradas no setor de serviços, comércio, e construção civil, respectivamente. Também apresenta atividade na indústria e no agronegócio. A estrutura responsável pelo desenvolvimento local de Campo Grande é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Ciência e Tecnologia de Campo Grande (SEDESC), e foi criada em 2009, tendo por foco principal o fomento do desenvolvimento integrado, promovendo o desenvolvimento autossustentável e competitivo do município.

Já o município de Fortaleza é o mais antigo dos analisados, com 292 anos. Não foi planejada como as demais, sendo também a mais populosa, com quase 2.500.000 habitantes e

cerca de sete mil habitantes por Km<sup>2</sup>. Tem um IDHM de 0,754, considerado alto, porém apresenta grandes conglomerados de miséria, principalmente em zonas periféricas. A renda per capita média de Fortaleza é de R\$ 846,36, e as atividades econômicas estão concentradas no setor de serviços, no comércio, e na indústria de transformação, respectivamente. A estrutura responsável pelo desenvolvimento local de Fortaleza é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE), e foi criada em 2013, e seu foco está no desenvolvimento econômico autossustentável e no fortalecimento do sistema produtivo formal e informal.

Quanto à Palmas, é a mais jovem cidade dentre as analisadas, com apenas 27 anos de existência, e é uma capital planejada. É a menos populosa também, com 228.000 habitantes, em torno de 100 habitantes por Km<sup>2</sup>. Seu IDHM é de 0,788, índice considerado alto. A renda per capita média de Palmas é de R\$ 1.087,35, e as atividades econômicas concentram-se no setor de serviços, comércio e construção civil, respectivamente. O município apresenta também alguma atividade no agronegócio e na indústria. A estrutura responsável pelo desenvolvimento local de Palmas é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego (SEDEM), criada em 2013, tendo por objetivos estimular e desenvolver o turismo, o conhecimento tecnológico e científico, bem como fomentar o empreendedorismo para gerar emprego e renda.

Portanto, a partir das informações coletadas, e da análise das políticas públicas de desenvolvimento local implementadas pelas estruturas das três capitais, conclui-se que estas políticas apresentam algumas características do desenvolvimento local, bem como identificou-se seu caráter endógeno, nas dimensões da equidade, da sustentabilidade e da participação. Ainda que apresentem algumas destas características, não está claro se as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local terão os resultados apontados nos objetivos e metas dos respectivos Planos Plurianuais dos municípios estudados. Recomenda-se, outrossim, que estudos posteriores sejam desenvolvidos a fim de dar continuidade às análises já efetuadas e com o objetivo de ampliar o campo de conhecimento na área de desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Jeissy Leal de Castro; SOARES, Valtuir Filho. Políticas Públicas de Economia Solidária: Um estudo de caso na Prefeitura Municipal de Palmas/TO. *Revista Humanidades e Inovação*, v.5, nº 2, 2018.
- ALBUQUERQUE, Francisco. La Importancia del Enfoque Del Desarrollo Económico local. In: MADDOERY, Oscar; VAZQUEZ BARQUERO, Antonio (orgs). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.
- ALBUQUERQUE, Francisco. Desarrollo económico y territorio: Enfoques teóricos relevantes y reflexiones derivadas de la práctica. In: DO CAMPO, Manuel García (org). **Perspectivas teóricas em Desarrollo Local**. La Coruna: Netbiblo, 2007.
- ALBUQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tania. **A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004
- AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. IPEA, Planejamento e Políticas Públicas ppp, nº 23, jun 2001.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Campo Grande, MS**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/campo-grande\\_ms](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/campo-grande_ms)> Acesso em: 07 ago. 2018.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Fortaleza, CE**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/fortaleza\\_ce](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/fortaleza_ce)> Acesso em: 07 ago. 2018.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Palmas, TO**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/palmas\\_to](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/palmas_to)> Acesso em: 07 ago. 2018.
- BOISIER, Sérgio. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? In: MADDOERY, Oscar; VAZQUEZ BARQUERO, Antonio (orgs). **Transformaciones globales, Instituciones y Políticas de desarrollo local**. Rosario: Editorial Homo Sapiens, 2001.
- BOISIER, S. ¿ Hay espacio para el desarrollo local en la globalización? **Revista da CEPAL**, Santiago de Chile, n.86, p. 47-62, 2005.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Acesso em: 07 out. 2018.
- BRASIL. Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações**. Brasília, 2011.

BRONSTEIN, Michelle Muniz; FONTES, Joaquim Rubens Filho; PIMENTA, Gabriel Alves. **Organização dos Conselhos Municipais: governança e participação da sociedade civil.** INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 89-102, jan./mar. 2017.

DIAS, Gianna Vargas Reis Salgado. **A política pública voltada ao desenvolvimento econômico local: o caso do Gabinete de Inovação e Tecnologia de Porto Alegre – INOVAPOA.** 2015. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DOCAMPO, M. G. El desarrollo local en el marco de los procesos de globalización. In: DOCAMPO, M. G. (Org.). **Perspectivas teóricas en Desarrollo Local.** La Coruna: Netbiblo, 2007.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de Implementação:** esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. São Paulo: PUC/SP, 2001.

ENDRISSI, Fernanda. **Análise das Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Local Implementadas nos Municípios de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

GAROFOLI, Gioacchino. Desarrollo económico, organización de la producción y territorio. In: VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio; GAROFOLI, Gioacchino (orgs). **Desarrollo económico local en Europa.** Madri: Colegio de Economistas de Madrid, 1995.

HOWLETT, M. **Designing public policies.** New York: Routledge, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Campo Grande.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>> Acesso em: 07 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Fortaleza.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama>> Acesso em: 07 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Palmas.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>> Acesso em: 07 ago. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA – IPEA. **Publicações – lista completa,** 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&section=30&category=300&Itemid=357](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&section=30&category=300&Itemid=357)> Acesso em: 07 out. 2018.

INSTITUTO PERIFERIA. **Sítio Oficial.** Disponível em: <<http://bancodaperiferia.org.br/sobre-nos/>> Acesso em: 23 set. 2018.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano; DIAS, Gianna Vargas Reis Salgado. **Formulação e implementação da política pública de Desenvolvimento Econômico Local em Porto Alegre**. IX Congresso Consad de Gestão Pública. Brasília, 2016.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas públicas de desenvolvimento econômico local nos municípios brasileiros**. 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Montevideo, 26 al 28 de julio de 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168771/001048048.pdf?sequence=1>> Acesso em: 23 set. 2018a.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas Públicas, Gestão Urbana e Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018b.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. **Qual Desenvolvimento? Análise do desenho das Políticas de desenvolvimento Local nas Capitais Brasileiras**. XI Encontro ABCP. Curitiba, 2018c.

MARENCO, André, NOLL, Maria Izabel; **A política, as políticas e os controles: como são governadas as cidades brasileiras**. In: Governando com políticas públicas: análise do desenho das políticas de desenvolvimento em Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2018.

MOKATE, Karen Marie. Convertiendo el “monstruo” en aliado: La evaluación como herramienta de La gerencia social. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 53, nº 1, Jan-Mar 2002.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Coleção Desenvolvimento Social 3, Pelotas: EDUCAT, 2002.

NEVES, Itanajara. **Políticas públicas de desenvolvimento econômico local: as agências de desenvolvimento econômico local nas capitais brasileiras**. 2015. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil**. Nova York, EUA. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/>> Acesso em: 07 out. 2018.

PLANURB. **Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano**. Campo Grande/MS, 2016. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/sobre-o-planurb/>> Acesso em: 07 out. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **Sítio Oficial**. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/>> Acesso em: 07 ago. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Sítio Oficial**. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/>> Acesso em: 07 ago. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Prefeito Roberto Cláudio recebe Plano de Implantação do I Distrito de Economia Criativa de Fortaleza.** Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-recebe-plano-de-implantacao-do-i-distrito-de-economia-criativa-de-fortaleza>> Acesso em: 23 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Prefeitura apoia projeto de banco para população de baixa renda.** Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apoia-projeto-de-banco-para-populacao-de-baixa-renda>> Acesso em: 23 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Prefeitura de Fortaleza divulga a programação de setembro das Feiras de Pequenos Negócios.** Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-divulga-a-programacao-de-setembro-das-feiras-de-pequenos-negocios>> Acesso em: 23 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Territorial Solidário – ADTS.** Disponível em: <<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/economia/servico/164>> Acesso em: 23 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Projeto Visão nas Mãos promove a inserção de 47 cegos no mercado de trabalho.** Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/projeto-visao-nas-maos-promove-a-insercao-de-47-cegos-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em: 23 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. **Prefeitura realiza abertura oficial da 1ª Conferência Municipal de Economia Solidária.** Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/desenvolvimento-economico/noticia/1496885/prefeitura-realiza-abertura-oficial-da-1a-conferencia-municipal-de-economia-solidaria/>> Acesso em: 23 set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. **Sítio Oficial.** Disponível em: <<http://www.palmas.to.gov.br/>> Acesso em: 07 ago. 2018.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Leticia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, pp. 1271-1294, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS–Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 16, pp. 55-73, 2011.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas**, v. 1, Conceitos e Teorias. IGEP, 2013. E-Book. Disponível em: <[http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para\\_aprender\\_politicas\\_publicas-2013.pdf](http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf)> Acesso em: 07 out. 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas, Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia as Letras, 2010.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 132-139, 2005.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo económico local y descentralización: aproximación a un marco conceptual**. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)/ Deutsche GesellschaftFürTechnischeZusammenarbeis (GTZ). Santiago, 2000.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis**. Apuntes del CENES, v. 28, n. 47, p. 117-132, 2009.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v.8, n. 13, p. 77-87, 2006.